



# ANAIIS DA ASSEMBLEIA

Nº 016

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 2001.

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

Líder do Governo .....	Durval Amaral
Líder da Oposição .....	Waldyr Pugliesi
PTB .....	Algaci Tulio
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Sérgio Spada
PMDB .....	Nereu Moura
PPB .....	Tony Garcia
PT .....	Hermes Fonseca
PDT .....	Luiz Carlos Zuk
PSL .....	Edno Guimarães
PST .....	Divanir Braz Palma
PL .....	Serafina Carrilho
PSB .....	Moysés Leônidas

## *Representação Partidária*

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE MARÇO DE 2001**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Divanir Braz Palma e Hidekazu Takayama.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o senhor deputado Sérgio Spada (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Ofício nº 008/2001 - GVG

Curitiba, 13 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Respeitando os termos do Decreto Legislativo nº 003/2001 comunico a Vossa Excelência e

aos demais pares dessa egrégia Assembléia Legislativa que me ausentarei do País, no período entre 14 a 17 de março do ano em curso, com destino ao Paraguai, para participar da Jornada Internacional de Trabalho em razão dos 10 anos do Tratado de Assunção (Mercosul).

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) EMILIA BELINATI

Vice-governadora do Estado

Ofício 015/SS

Curitiba, 13 de março de 2001.

Senhor Presidente.

O objetivo do presente é comunicar a este Plenário, a minha ausência nas sessões de quarta dia 14/03 e quinta-feira 15/03.

O motivo é a viagem a Brasília na qual irei representar a Assembléia Legislativa do Estado, na reunião da Unale.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 438**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro, nos Anais desta Casa do falecimento da senhora Solange Aparecida da Silva Azevedo.

Que, da decisão, se dê ciência aos seus pais Francisco da Silva e Maria da Silva e esposo João Azevedo. Endereço: Rua Neuraci Neves do Nascimento, 119 - Santa Felicidade - 82020-720 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

**REQUERIMENTO Nº 419**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para viajar a Brasília (DF), nos dias 15 de 16 de março de 2001, a serviço da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

**REQUERIMENTO Nº 424**

Súmula:

Requer seja autorizada a organização de comitiva oficial, com vistas à participação desta Casa na VI Reunião da Comissão Parlamentar Conjunta Parlasul/Crecenea - Litoral, a realizar-se nos dias 05 e 06 de abril de 2001, em Buenos Aires (República Argentina), conforme a seguinte pauta:

a) posse do novo presidente do Foro de Legisladores Crecenea-Litoral

b) funcionamento das Comissões Setoriais Permanentes

c) controle fitossanitário fronteiriço (febre aftosa)

d) debate sobre o tema Mercosul/Alca

e) reunião com o ministro dos Transportes da República Argentina sobre a ligação asfáltica Andresito (R.A.)/Capanema (BR), já em andamento

f) outros assuntos

Sala das Sessões, 14.03.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A reunião deverá abordar, entre outros temas, o funcionamento das Comissões, Permanentes, conforme regulamento própria; daí decorre a importância da presença dos senhores parlamentares integrantes dos grupos setoriais específicos, além de outros que, por características de suas atuações, possam contribuir para o desenvolvimento de ações de interesses regional.

#### REQUERIMENTO Nº 420

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Rancho Alegre D'Oeste, pelas comemorações alusivas aos 09 anos de emancipação político-administrativa do município, em 20.03 do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste (Avenida Paraná, 110 - Cep. 87395-000 - Rancho Alegre D'Oeste - PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Avenida Paraná s/nº - Cep. 87395-000 - Rancho Alegre D'Oeste - PR).

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Rancho Alegre D'Oeste, município da região Centro Oeste do Paraná se caracteriza como um município agropecuário, tendo como principais produtos agrícolas: soja, algodão e trigo e criação de bovinos. A indústria dominante é a de produtos alimentares, tendo no comércio varejista grande atividade econômica.

Rancho Alegre D'Oeste foi criado através de Lei Estadual nº 9.916, de 20 de março de 1992, tendo aproximadamente 3.109 habitantes.

#### REQUERIMENTO Nº 421

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, por ter determinado a inclusão da PR-

092 que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul, no Programa Emergencial de Recuperação de Rodovias.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, a população do município de Cerro Azul, manteve afitíssima a preocupação quanto as promessas e controvérsias para a recuperação da Rodovia PR-092 que liga aquele município a Rio Branco do Sul e aos grandes centros. Agora para orgulho de todos e graças à inteligente decisão do Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, foi organizada a inclusão da mencionada rodovia no Programa Emergencial de Recuperação de Rodovias. Talvez, no momento atual, seja a notícia mais ansiosamente esperada pela população do município de Cerro Azul.

"Governar é abrir estradas".

Estas palavras de Washington Luiz ecoam no espírito de todos os brasileiros. É que o grande estadista que governou os destinos do Brasil de 1924 a 1930 compreendia que um país sem estrada seria como um corpo sem artérias.

Com efeito, como ligar unidades de que se compõe esta vasta Pátria, a não ser por meio de estradas que permitam a circulação de bens de consumo?

Que seria de um país sem estradas? Como se locomoveriam as pessoas e como se transportariam as riquezas?

Os primeiros homens foram agricultores. Foram os seus instintos que os levaram a amansar a terra, para dela tirarem o sustento.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim à agricultura. Não é sem razão, pois, que ela é toda como a indústria-mãe.

Cerro Azul, praticamente isolado dos grandes centros para transportar sua produção, agora vem com bastante alegria ressuscitar novas esperanças, o que esperamos torne-se realidade em curto espaço de tempo.

#### REQUERIMENTO Nº 422

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Pontifícia Universidade do Paraná, pela passagem de seus 42 anos de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao magnífico reitor, professor Clemente Ivo Juliatto, para que receba e transmita a todos os diretores, professores, colaboradores, alunos e auxiliares, o reco-

nhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, foi criada em 14 de março de 1959 pelo saudoso arcebispo Dom Manuel da Silveira D'Elboux.

E para nós um dia de gala, este dia em que festejamos a passagem do 42º aniversário de sua fundação.

Arrancar almas da ignorância, iluminar espíritos imersos em trevas, semear na consciências dos jovens o amor à virtude e ao bem, não será isto tudo um programa de apostolado dos mais elevados a que alguém se possa entregar?

A carreira que os professores escolheram, se lhes apresentam cheia de espinhos e dificuldades, mas ao lembrar-lhes que a juventude, matéria-prima da humanidade, está sempre sua espera, quando sua alma se encherá, sem dúvida, de coragem jubilosa, na ânsia de lutar contra a ignorância e contra a escuridão.

Os professores são os anjos da guarda dos alunos ensinando-lhes os passos ainda temerosos nas sendas da virtude, aconselhando-os nas suas falhas.

A profissão do professor só encontra paralelo no sacerdote, razão porque também exercem o sacerdócio. E quem diz sacerdócio diz sacrifício. Sacrifício esse que sempre é compensado, não com recompensa material, mas com a alegria que enche a alma, alegria essa que é o melhor dos galardões.

Alegria mesmo, é a que contagia neste momento este parlamentar, que tem a felicidade incontida de ter acompanhado a formatura, que tem a felicidade incontida de ter acompanhado a formatura de sua esposa em "fonoaudiologia"; Sua filha em "medicina" e outra filha cursando "direito", todas pela nossa Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC).

Bem haja a todos aqueles que não poupam esforços para proporcionar aos jovens desta bendita terra, o pão do saber. Honrá-los e imitá-los é um dever.

A Universidade é pois, o farol a espantar as trevas, sendo a alavanca a impulsionar o progresso da nação.

Orgulha-se, portanto, a sociedade paranaense em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo.

#### REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Palmeira, pelo transcurso de seus 182 anos de emancipação política, no próximo dia 07 de abril de 2001.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Mussoline Mansani, prefeito municipal, à vice-prefeita Dulcinéia de

Freitas, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com grande júbilo a população de Palmeira irá comemorar a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política no próximo dia 07 de abril de 2001.

Apesar de todos os problemas por que passa a Nação brasileira, em Palmeira a população, juntamente com seus administradores tem procurado superar as dificuldades com muito trabalho e dedicação.

O município de Palmeira ao longo dos 182 anos, e, contando sempre com a colaboração de seu povo trabalhador e honesto tem conseguido um significativo desenvolvimento.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, reafirma sua confiança nessa população que continua num trabalho diuturno colaborando incessantemente para o progresso de toda aquela região.

#### REQUERIMENTO Nº 433

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela comemoração de seus 42 anos.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje - 14 de março de 2001 - a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR está comemorando 42 anos de sua fundação. Fundada em 1959 por Dom Manuel da Silveira D'Elboux, a PUC ao longo destes anos, cresceu e se desenvolveu à sombra da cruz, símbolo máximo do cristianismo. Formar bons cristãos, virtuosos cidadãos e competentes profissionais, resume o programa dos fundadores, pioneiros e seguidores da PUC.

Com a busca constante de um diálogo harmônico entre a ciência e a fé (que é um dos seus maiores desafios) a PUC tem conseguido dar passos expressivos na sua consolidação como instituição acadêmica de excelência. Seu passado de conquistas já alcançadas, a consciência de seu crescente potencial e a determinação que herdou de seus pioneiros lhe dão a certeza de que o futuro também lhe pertence.

A instituição, que ao longo dos anos tornou-se uma referência no País, além da preocupação com a qualidade de ensino, tem também uma grande preocupação social. Atualmente conta com 18.049 alunos de graduação, 2.356 de especialização, 330 de mestrado e 6 de doutorado. Emprega 2.441 professores, 733 funcionários na

PUC e 974 no Hospital Cajuru. Em 1999 firmou aliança estratégica com a irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, onde atuam 1.147 funcionários, incluindo o Hospital de Caridade e o Hospital de Caridade e o Hospital Psiquiátrico.

A Universidade foi elevada à condição de Pontifícia em 06 de agosto de 1985. Os Irmãos Maristas a dirigem desde janeiro de 1974.

A PUC possui um campus em Curitiba, outros em São José dos Pinhais, uma fazenda experimental na Fazenda Rio Grande (Fazenda Experimental Gralha Azul). Em Tijucas do Sul e Guaraqueçaba funcionam o Núcleo do Programa de Ação Comunitária e Ambiental. Em Guaratuba, assumiu o Laboratório de Organismos Marinhos. Foram criadas várias clínicas de ensino, pesquisa e prestação de serviços de Fisioterapia e reabilitação, Fonoaudiologia e Psicologia.

Além de todo este trabalho, são mantidas três creches, uma para filhos de funcionários e outras duas para crianças carentes.

Agora a PUC está em processo de interiorização, iniciado com a instalação de 2 *campi*: um em Toledo e outro em Londrina - uma demonstração de que o trabalho sério e dedicado estende suas raízes, beneficiando e formando mais e melhores seres humanos.

A obra realizada pela PUC sempre exigiu muito esforço, trabalho e competência profissional e está colhendo seus frutos. Devemos destacar as figuras dos eminentes reitores magníficos: Dom Gerônimo Mazzarotto (1959-1973), Dom Osvaldo Arns (1973-1985) e Euro Brandão (1986-1997), além do atual reitor, professor Clemente Ivo Juliato.

Pela comemoração de seus gloriosos 42 anos de fundação, receba a PUC/PR, através de seu reitor - professor Clemente Ivo Juliato, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado

#### REQUERIMENTO Nº 437

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 54, inciso 34 da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, seja convocado a comparecer a esta Casa de Leis, o doutor Ingo Hubert, presidente da Copel e secretário de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimento quanto ao processo de privatização da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, facultando-se às bancadas da Situação e da Oposição indicar, um nome cada uma, para que aqui compareçam, em datas diversas, para abordar o mesmo tema.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(aa) NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, CAÍTO QUINTANA, RICARDO CHAB, IRINEU COLOMBO, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, CEZAR SILVESTRI, CARLOS

SIMÕES, WALDYR PUGLIESI, ELI GHELLERE, FERNANDO RIBAS CARLI, EDSON STRAPASSON, ÂNGELO VANHONI, LUCIANA RAFAGNIN e CUSTÓDIO DA SILVA.

#### REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao secretário de Estado da Indústria e Comércio, senhor Eduardo Francisco Sciarra, solicitando providências para que seja criado um programa de apoio às micro e pequenas empresas para obtenção de capital de giro com juros subsidiados e prazo até 24 meses.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Mercedes, senhor Deonísio Herdt, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida João XXIII, 612, CEP 85998-000, município de Mercedes - PR, e a presidente da Acisa, senhora Janete Vivan Almeida, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Curitiba, 222, CEP 85892-000, Santa Helena - PR.

Sala das sessões, em 14.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é de extrema importância devido ao nosso Estado ser eminentemente agrícola, dependendo assim do nosso comércio, indústria e prestação de serviços do setor agrícola, o qual passa por dificuldades para sua manutenção, por motivos das geadas ocorridas e de uma política mais adequada às necessidades do setor produtivo do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao ministro dos Transportes senhor Eliseu Padilha, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo com relação à recuperação da rodovia que faz ligação do município de Marechal Cândido Rondon ao município de Guaira.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Câmara Municipal de Mercedes, Marechal Cândido Rondon e ao município de Guaira, através de correspondência oficial desta augusta Casa de Leis.

Sala das sessões, em 14.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pois a rodovia encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade, desprovida de acostamento e apresentando deficiências na pista de rolamento.

Salientamos ainda o fato de o trânsito ser intenso em especial nas épocas de safras; esta ligação é o principal elo do corredor de exportação de produtos agrícolas,

congregando o Estado do Paraná e também os Estados vizinhos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

#### REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao deputado federal Dilceu Sperafico, solicitando que interceda junto ao ministro dos Transportes com a máxima urgência, providências com relação à recuperação da rodovia que faz ligação do município de Marechal Cândido Rondon ao município de Guaira.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Câmara Municipal de Mercedes, Marechal Cândido Rondon e ao município de Guaira, através de correspondência oficial desta augusta Casa de Leis.

Sala das sessões, em 14.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação fundamenta-se pois a rodovia encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade, desprovida de acostamento e apresentando deficiências na pista de rolamento.

Salientamos ainda o fato de o trânsito ser intenso em especial nas épocas de safras; esta ligação é o principal elo do corredor de exportação de produtos agrícolas, congregando o Estado do Paraná e também os Estados vizinhos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

#### REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à secretária de Estado da Educação senhora Alcyone Saliba e a presidente da Fundepar senhora Denize Oldenburg Bascal, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo para que seja liberada a reforma na instalação elétrica do Colégio Estadual Castro Alves - Ensino Fundamental e Médio no município de Maripá - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência a diretora do Colégio Castro Alves, senhora Elizete Inês Vagner Souza, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Tamoios, 50, CEP 85958-000, Maripá - PR.

Sala das sessões, em 14.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a liberação da reforma na instalação elétrica do Colégio Estadual Castro Alves - Ensino Fundamental e Médio, no município de Maripá.

Reiteramos esta solicitação mediante o fato de que há mais de um ano o colégio encontra-se em péssima situação, tendo diversos problemas de curto circuito na parte elétrica, como por exemplo o grande número de eletrodomésticos que vêm queimando devido a esta situa-

ção, trazendo sobremaneira preocupações aos alunos, professores e funcionários.

#### REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à chefia da Casa Civil do governo do Paraná, solicitando providências no sentido de apurar eventuais irregularidades praticadas pela Ferropar - Ferrovia Paraná S.A, que estaria privilegiando apenas duas empresas multinacionais, em detrimento de outros setores produtivos do oeste paranaense, no escoamento da safra agrícola.

A apresentação do presente requerimento deve-se a inúmeras reclamações que temos recebido em nosso gabinete parlamentar, provenientes de dirigentes de cooperativas, sindicatos e empresas ou produtores independentes, acusando que "a Ferropar está agindo de forma tendenciosa e unilateral, oferecendo e realizando seus serviços para escoamento da safra agrícola somente para duas empresas multinacionais instaladas na região, que aproveitando desta vantagem competitiva, auferem ganhos absurdos, prejudicando os produtores da região, alijando cooperativas e cerealistas tradicionais, além de estimular o cartel da compra de soja em nossa região" (trecho extraído de manifesto de produtores).

Como se isto não bastasse, ainda segundo as reclamações que nos foram relatadas, a Ferropar "complementa a oferta de seus serviços para o escoamento dos produtos paraguaios, o que é absurdo, em detrimento de nossos produtores paranaenses".

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao doutor Eduardo Gurkewicz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 14.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

O doutor Eduardo Gurkewicz muito tem feito em prol da comunidade paranaense e por se tratar de um profissional do mais alto gabarito, como bem demonstra o seu currículo em anexo, estamos apresentando a presente proposição, que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares.



PROJETO DE LEI Nº 54/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 14.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Santa Helena, que tem por objetivo promover as medidas que visem assegurar a proteção e o bem-estar de mães e recém nascidos de Curitiba e Região Metropolitana.

É uma associação sem fins lucrativos e visa, dentro de uma política filantrópica, metodológica e cultural, desenvolver uma melhor integração de seus associados à comunidade, assim como dar-lhes assistência terapêutica, através da música, esportes e lazer.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 55/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O governo do Estado do Paraná deverá custear aos municípios, a implantação e/ou manutenção do transporte escolar de alunos matriculados em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com recursos oriundos da quota estadual do salário-educação, que lhe é exclusivo.

Parágrafo Único - O ressarcimento de que trata este artigo será feito em conformidade com planilhas de custo fornecidas pelos municípios e aprovados pelo D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Os municípios paranaenses estão custeando há muitos anos o transporte escolar de alunos matriculados em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, sem auxílio do governo do Estado.

A Lei Federal nº 9.424/96, no seu artigo 15, Inciso II, estabelece que a quota estadual corresponde a dois terços do montante dos recursos; enquanto a Lei Federal nº

9.766/98 estabelece que a quota estadual do Salário-Educação será redistribuída entre o Estado e os respectivos municípios, conforme critérios estabelecidos em lei estadual, exigindo-se o mínimo de cinquenta por cento da referida quota, o que somente foi providenciado no Paraná, no início deste ano letivo.

Portanto, dos dois terços a que o Estado tem direito, restaram ainda 50% (cinquenta por cento) para investimentos em Educação.

O Projeto de Lei nº 05/2001, recentemente aprovado nesta Casa de Leis estabelece critérios para a aplicação dos recursos que serão redistribuídos entre Estado e municípios, no entanto a iniciativa do presente projeto de lei é um reforço aos municípios que, com muitas dificuldades, proporcionam transporte escolar aos alunos.

Cabe salientar ainda, que da quota prevista no Projeto de Lei nº 05/2001, no seu artigo 6º preceitua-se que os recursos serão aplicados em: implantação e manutenção de programas de transporte escolar, aperfeiçoamento dos profissionais da área de educação; construção, conservação e reforma de prédios escolares e aquisição e manutenção de equipamentos escolares; produção e aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, professores e da escola; e estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade de ensino e aprendizagem.

Conforme se observa, os municípios terão muitas metas e poucos recursos para viabilizá-las, motivo pelo qual se apresenta o projeto em tela, com o escopo de proporcionar condições reais de investimentos em implantação e manutenção de programas de transporte escolar.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres Pares para aprovação desta importante contribuição aos municípios, renovo meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

PROJETO DE LEI Nº 56/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através das secretarias de Estado do Transporte e Segurança Pública, instalarem detectores de metal nas rodoviárias dos municípios do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo, autorizar o Poder Executivo através das secretarias de Estado dos Transportes e da Segurança Pública, instalarem detectores de metal, nas rodoviárias dos municípios do Estado do Paraná.

Esta medida se faz necessária, pelo fato de que a falta de equipamentos de segurança dessa natureza nos respectivos locais, tem facilitado o contrabando de armas, equipamentos eletrônicos e derivados, oriundos de outros Estados e de países vizinhos.

Embora haja postos de polícia nestes estabelecimentos, a fiscalização não é eficiente, porque é feita por amostragem, o que não garante uma segurança efetiva.

Assim sendo, acredito que a instalação de detectores de metal nos locais supra citados, coibirá de maneira eficaz o contrabando de mercadorias ilícitas.

Face ao exposto, considerando que a Segurança Pública é um dos principais problemas da nossa sociedade, solicito aos nobres colegas parlamentares, o apoio irrestrito à aprovação da matéria em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 57/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná - APAE, com sede no município de São Pedro do Paraná e foro no município de Loanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná - APAE, que tem por objetivo promover a medida de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais do município de São Pedro do Paraná e região.

É uma associação sem fins lucrativos e visa, dentro de uma política filantrópica, metodológica e cultural, desenvolver junto aos seus associados uma melhor integração de seus associados à comunidade, assim como, dar-lhes assistência terapêutica, através da música, esportes e lazer.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 58/01  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica denominado prefeito Plauto Miró Guimarães, o trecho da PR-438, que liga o município de Ponta Grossa ao município de Teixeira Soares.

Art. 2º - Esta lei entrará em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO

**Apoioamento:**

Tony Garcia, Divanir Braz Palma, Ademar Traiano e Durval Amaral.

**JUSTIFICATIVA:**

O doutor Plauto Miró guimarães, foi um dos principais líderes e expoentes políticos que proporcionaram o desenvolvimento de Ponta Grossa e região.

Seguindo os passos de seu pai senador doutor Flávio Carvalho Guimarães, na vida pública, Plauto Miró Guimarães, assumiu o cargo de prefeito de Ponta Grossa, realizando um mandato marcado por várias obras, incluindo a recuperação financeira da prefeitura possibilitando a execução do plano diretor daquele município, bem como a construção do Núcleo Habitacional 31 de março com 1000 casas, sendo este o primeiro grande núcleo habitacional da região dos Campos Gerais, entre obras de relevante importância e elevado teor social.

Movido pela vocação de homem público, prestou relevantes serviços ao Paraná como secretário de Estado de Interior e Justiça exercendo a função com notória e elevada competência.

Em função das razões expostas, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis o especial apoio na viabilização da aprovação deste projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor presidente e senhores deputados.

Faço uso da palavra, no dia de hoje, neste espaço, porque gostaria de tecer aqui alguns comentários.

Dois assuntos nos trazem à tribuna neste dia.

Um é com relação aos pequenos municípios do Estado do Paraná, também a agricultura familiar. E o outro é com relação à organização das mulheres.

Gostaria de dizer o seguinte:

(Lê):

“Os dados preliminares do censo demográfico de 2000 apresentam uma realidade que merece atenção desse Parlamento. A população do Estado do Paraná, no período de 1996 a 2000, apresentou uma taxa anual de crescimento da ordem de 1,5%. Neste período, a população residente saltou de 9.003.804 para 9.558.126. Portanto, um incremento de 554.322 pessoas.

No entanto, o crescimento populacional do Estado não reflete a realidade dos municípios. Dos 399 municípios paranaenses, 166 (aproximadamente 42%) apresentaram taxa de crescimento anual negativa, 1 município não apresentou alteração, 128 municípios (32%) apresentaram crescimento positivo abaixo da média estadual e



104 municípios (26%) apresentaram crescimento igual ou acima da média estadual.”

Preocupa-nos aqui, e eu falo da minha região, Sudoeste do Paraná, inclusive nesta região temos vários deputados, e eu cito aqui o deputado Zuk, que também representa a região Sudoeste do Paraná.

Deputado Zuk, a nossa região Sudoeste, nos deixa um dado preocupante, na questão do censo. Os dados, neste período, dos 42 municípios que compõem a região Sudoeste, 29 municípios, ou seja 69%, apresentaram a taxa anual de crescimento negativo.

No Estado do Paraná, em 96, 29 municípios apresentavam população superior a 50.000 habitantes. Estes 29 municípios, todos, sem exceção, apresentaram taxa de crescimento positiva, no período 96/2000.

Atualmente, temos 30 municípios com mais de 50.000 habitantes. Se em 1996 os municípios com mais de 50.000 habitantes tinham 53,45% da população paranaense, hoje detém 55,25%, ou seja, mais da metade da população paranaense concentra-se em 7% dos municípios do nosso Estado.

A preocupação com a área rural também é grande. E digo aos senhores deputados, o percentual da população rural em relação ao total de habitantes vem decrescendo. De 69% que tínhamos em 1960, para 65% em 1970, para 41% em 1980, para 22% em 1996, e agora em 20000, para 18,58%.

Gostaria de chamar a atenção para um fato também importante, o de que em nosso Estado temos 116 municípios que apresentam uma população rural superior a 50%.

Senhor presidente, senhores deputados, sem querer aprofundar esta análise, faço referência a estes dados para dizer que toda ação ou falta de ação dos governos, seja federal ou estadual, tem agravado a situação dos pequenos municípios, dos pequenos agricultores. O resultado é um só - concentração de terras, de rendas, concentração populacional em grandes centros urbanos. No nosso Estado existem pequenos municípios e existe uma população rural. Para muitos municípios a saída é a área rural, não apenas implementando ações voltadas ao processo produtivo agropecuário, mas sim implementando ações que visem o desenvolvimento rural em todos os aspectos de produção, educação, saúde, lazer, cultura e bem-estar social.

Gostaria de dizer que olhando essa realidade foi que quando estivemos nesta Casa, substituindo o deputado Irineu Colombo apresentamos um projeto e eu aproveito este momento para agradecer o voto favorável de todos os deputados no projeto...

**(Término do tempo. Oradora passa a usar o horário do PT, com assentimento do senhor presidente)**

... gostaria de agradecer o voto favorável de todos os deputados no projeto que visa incentivar o programa de habitação no meio rural. É um projeto importante e acredito, por ter sido aprovado, uma aprovação unânime

nesta Casa, que todos os deputados sentiram a importância deste projeto. Só que, infelizmente, o governo do Estado do Paraná não viu desta mesma forma e por isso vetou o projeto.

E espero e gostaria de pedir aos nobres parlamentares que ao votarmos o veto quando for colocado em pauta, eu gostaria de pedir o voto contrário ao veto para que possa permanecer este projeto que é um projeto importante, que com toda a certeza vai beneficiar, e bastante, principalmente a nossa agricultura familiar.

Gostaria de me reportar agora ao segundo assunto que me traz a esta tribuna, que é a questão da organização das mulheres.

Senhor presidente, senhores deputados, pela passagem do 8 de março, tivemos grandes comemorações e vamos dizer também dias de reflexão sobre as conquistas das mulheres e ainda o que temos a conquistar.

Durante a semana de 8 de março aconteceu, vários eventos promovidos pelo Fórum Popular de Mulheres Paranaenses, pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e no qual, neste evento, que foi a articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais, promoveu uma semana de encontro aqui na Capital. Esse encontro não aconteceu só no nosso Estado, mas em todo o País, aonde reuniu muitas mulheres agricultoras, inclusive, na nossa região Sudoeste do Paraná, no município de Dois Vizinhos, reuniu cerca de cinco mil mulheres. Foi um evento importante aonde se discutiu a questão da agricultura e a questão da cidadania.

E aqui em Curitiba, na Capital, quando na passagem do então encontro promovido pela articulação de mulheres trabalhadoras rurais, o último momento do encontro foi uma passeata até a frente do Palácio.

E nos deparamos, senhores deputados, com uma matéria no dia 9 de março na Gazeta do Povo, uma matéria em que o governador do Paraná diz assim: “as mulheres estão sendo usadas como massa de manobra, elas não sabem o que fazem”.

É lamentável, senhores deputados, é lamentável que o governo do Paraná faça uma declaração dessas, inclusive na imprensa. Pelo menos se pensasse podia engolir seus pensamentos, mas não dizer isto para a imprensa quando as mulheres buscam seu espaço, quando as mulheres buscam seus direitos e o governo do Estado do Paraná faz uma declaração dessas, eu digo a vocês que, realmente nada temos a esperar deste governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor Antonio Baratter.

**O SR. ANTONIO BARATTER**

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados.

Ontem eu estive participando da Plenária do CREA, aonde discutimos um projeto de lei de minha autoria, que está nesta Casa tramitando, já recebeu apro-

vação da Comissão de Constituição e Justiça e se encontra hoje na Comissão de Educação.

A súmula deste projeto de lei diz o seguinte: estabelece requisitos para autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação de cursos de graduação das instituições privadas de ensino superior e dá outras providências.

Por que fizemos este projeto? O ministro da Educação adotou uma política que concordamos de abrir este mercado. O que na prática estamos observando é que a estrutura do MEC não consegue dar um acompanhamento na questão da qualidade destes cursos novos que estão abrindo e muitos destes cursos com currículos distantes da nossa realidade, o que na prática obriga essas instituições gastarem menos, investirem menos para obterem os cursos para depois fazerem os vestibulares. Na Plenária, ontem, no CREA, ampliamos esta discussão e eu sugiro que a Comissão de Educação proponha uma audiência pública nesta Casa para que possamos debater e ampliar o que hoje no Brasil está acontecendo através do Ministério da Educação que são as expansões das faculdades particulares, e algumas delas sem os critérios mínimos para oferecer a qualidade para os futuros profissionais que irão atuar no mercado.

Então, faço esta sugestão à Comissão de Educação, que está com este projeto de lei, para que pudesse convocar uma audiência pública para que todos os Conselhos Estaduais de todas as entidades representativas do Estado do Paraná pudessem aqui nesta Casa discutir, ampliar, sugerir para que nós possamos, ao aprovar esta lei, dar condições de mais qualidade de ensino nas nossas faculdades privadas.

Nesta Plenária ontem, senhor presidente, discutimos que tem algumas entidades que ao longo do tempo criaram alguns mecanismos que as protegem, que é o caso dos cursos de medicina, de odontologia e de direito.

Este projeto de lei contempla todas estas entidades, mas cria alguns mecanismos com critérios mais sérios, com critérios aonde a discussão, quando chegar um projeto de uma nova instituição de ensino superior para o Conselho Estadual de Educação, antes de o Conselho se manifestar, irá remeter para os Conselhos Estaduais das entidades afins para que eles possam de primeira mão emitir um parecer aonde vão avaliar a questão de mercado, a questão curricular e a questão da perspectiva da qualidade de ensino.

Então, eu faço este pronunciamento em primeiro lugar para agradecer a Comissão de Constituição e Justiça, que depois de muitas discussões acabaram dando por legal este projeto.

E sugiro, agora que estou vendo o deputado Colombo, para que possamos nesta Casa fazer uma audiência pública para aprofundar este debate.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor Presidente, senhora deputada, senhores deputados.

O que me traz à tribuna nesta tarde é porque estamos acompanhando com frequência o debate que está existindo quanto à privatização da Copel e de outras empresas públicas.

Vimos ontem ser usada esta tribuna, sendo criticado o uso das rodovias estaduais pelas empresas concessionárias que estão cobrando pedágio. Vimos também, senhores deputados, muitas críticas quanto à Companhia de Telecomunicações, depois que ela foi privatizada. Também temos a questão do Banestado.

Agora, senhor presidente, recebi no meu gabinete, no início da tarde, uma denúncia da empresa que recebeu a concessão, para explorar a Ferrovia do Paraná, a nossa Ferropar. Recebi um fax de várias empresas, de cooperativas e também de produtores rurais.

Faço questão de trazer, senhor presidente, nesta tribuna, nesta Casa de Leis e juntamente com o meu pronunciamento, estou encaminhando requerimento à Casa Civil, para que encaminhe às Secretarias competentes, para que o governo do Estado tome providências da denúncia de monopólio que está existindo no transporte de grãos, no Oeste do Paraná.

“Em 97, o governo estadual inaugurou a Ferroeste, uma ferrovia construída com recursos do governo estadual, fruto do suor dos cidadãos paranaenses, com a promessa de ser a solução dos problemas que enfrentamos com o transporte da safra agrícola, aumentando a oferta do serviço e imaginávamos a redução do custo do transporte. Essa é a posição das empresas cerealistas do Oeste do Paraná.

Decorridos esses anos a realidade se mostra bem diferente, a ferrovia foi privatizada e a concessão para exploração do serviço está nas mãos da Ferropar - Ferrovia do Paraná S.A., empresa que teoricamente deveria oferecer seus serviços indiscriminadamente a todos, e principalmente a nós, cidadãos paranaenses, que ajudamos a construí-la com pagamento de nossos impostos.

O que ocorre hoje é que a Ferropar está agindo de forma tendenciosa e unilateral, oferecendo e realizando seus serviços para escoamento da safra agrícola somente para duas empresas multinacionais instaladas na região Oeste do Paraná, que aproveitando desta vantagem competitiva, auferem ganhos absurdos, prejudicando os produtores da região, alijando cooperativas e cerealistas tradicionais, além de estimular o cartel da compra da soja em nossa região. Não obstante a isso, completa a oferta de seus serviços, para escoamento dos produtos paraguaios, o que é um absurdo, em detrimento de nossos produtores paranaenses.

Sentimo-nos lesados, pois somos grandes fornecedores do homem do campo, oferecendo-lhes subsídios durante o ano, facilitando-lhes o acesso de novas tecnologias, sempre visando a melhoria nos resultados no campo.

A forma que esta empresa - Ferropar, está administrando a concessão da ferrovia, é no mínimo estranha, pois está protegendo os seus clientes, sem nenhuma justificativa. Estas atitudes nos fazem pensar que somos cidadãos de segunda classe, pois o que as multinacionais e os paraguaios estão pagando, nós também estamos dispostos a pagar. Será que o nosso dinheiro vale menos? Questionam as empresas que me procuraram.

Veja o senhor, não estamos solicitando subsídios, nem qualquer tipo de benefício, somente queremos ser tratados de forma igualitária e justa. Estamos expondo nossas dificuldades, por acreditarmos no nosso trabalho e por termos certeza de estarmos defendendo uma causa justa."

Senhor presidente, senhores deputados, trago a esse Parlamento reivindicações de várias empresas, dos agricultores, das cooperativas do nosso Paraná. E estou encaminhando requerimento à Casa Civil para que tome as providências das denúncias feitas nesse Parlamento.

Muito obrigado senhor presidente e senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, deputado Beraldin.

**O SR. BERALDIN**

Senhor presidente, senhores deputados, o que me traz à tribuna na tarde de hoje é um assunto que vem chamando a atenção da mídia do Estado do Paraná e do Brasil. É a questão de Adrianópolis aqui no Estado do Paraná.

Na verdade a população de Adrianópolis e do Estado se perguntam o que faz nos depósitos o chumbo existente das antigas mineradoras que lá atuavam na região de Adrianópolis.

Na verdade, senhor presidente, hoje recebi no gabinete membros da prefeitura de Adrianópolis, entre eles o vice-prefeito, que me relata uma situação preocupante. Me dizia ele que inúmeras pessoas de Adrianópolis estão cegas, que não há outro motivo, pelo menos paupável, a não ser essa questão dos resíduos industriais que tem lá.

Me dizia ele de inúmeras pessoas que têm problema de saúde mental, que também pode ser fruto dessa situação que vivem os moradores de Adrianópolis.

Dito isso, senhor presidente, conversei hoje com o deputado Algaci Tulio, também membro da Comissão de Meio Ambiente, e marcamos com ele já para sexta-feira *in loco* no município de Adrianópolis para vemos a situação.

Desde logo gostaríamos de contar com a presença da Polícia Florestal para que ela permitisse que pudésse-

mos verificar o total dos resíduos que lá existe, porque há uma parte que a população não tem acesso porque as empresas detem ainda segurança, que não permitem o acesso da população. Então, que a Polícia Florestal nos acompanhe, que o IAP - Instituto Ambiental do Paraná nos acompanhe, a Secretaria da Saúde do Estado também poderia nos acompanhar para verificarmos a situação de Adrianópolis.

De outro lado, senhor presidente, hoje estão na pauta dois projetos de lei de nossa autoria e um deles trata exatamente dos resíduos industriais.

Propomos um bônus àquelas empresas que consumirem o resíduo industrial. Vamos transformar o inservível em produto que possa trazer um benefício para aquele que recolher o lixo tóxico que tem no nosso Estado.

Quer dizer, uma empresa que comprar o resíduo industrial que polui receberá bônus e esse bônus poderá abater multas ambientais ou poderá negociar com empresas que tenham recebido multa ambiental para ter uma contrapartida, a fim de que a sociedade se encarregue no sentido de minimizar a situação grave que tem no nosso Estado.

Outra lei que tramita hoje, que sairá também da Ordem do Dia porque vai sofrer uma mudança, é a lei que objetiva criar os Distritos Industriais Ecológicos.

O que nós imaginamos? Retirar da Cidade Industrial, ou de Curitiba, empresas não poluentes que possam se instalar nos municípios ecológicos da região metropolitana do Estado do Paraná. Dar incentivo fiscal para gerar emprego mais perto da população. Este é o nosso objetivo, criarmos um parque industrial ecológico.

Estes são assuntos que eu queria trazer a público, hoje, ocupando o Pequeno Expediente da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Percebam Vossas Excelências que a Oposição tem procurado, todos os dias, mostrar a importância do debate sobre a privatização da Copel. Mas não é apenas por não querer que o governador Jaime Lerner venda a Copel. A Oposição de hoje senhor presidente, senhores parlamentares, tem real convicção que será governo, amanhã, mas nós não queremos que venda a Copel hoje e não queremos que venda a Copel amanhã. Esta é a razão porque a Oposição tem insistido na votação de uma lei que proíba a venda da nossa estatal. Ou, na pior das hipóteses que, inicialmente, se faça um plebiscito popular para saber o que a população do Paraná pensa sobre a venda da Copel.

Nós temos colocado aqui, sistematicamente, que a Copel é uma empresa que não merece ser vendida, da

forma açoadada como está. Os jornais do Paraná de hoje, em todos eles, com maior ou menor destaque, estão dando aqui um resultado oficial, oferecido pela própria Copel, com as declarações do seu presidente, Ingo Hubert: - "A Copel apresenta, em 2.000 o maior lucro da sua história. A companhia obteve ganho de 55.4% acima do valor verificado em 1999."

A Copel teve, no ano de 2.000, um lucro extraordinário que nenhuma empresa, pública ou privada tem apresentado no curso do tempo!

E o que nós estamos vendendo? Estamos vendendo exatamente esta companhia que é capaz de deixar quase R\$400.000.000,00 de reais de lucro, num ano!

Há uma matéria de um especialista que cita também que: "Não houve investimento nenhum, as tarifas subiram onde as empresas foram privatizadas e começamos a sofrer apagões, como o de 1999. As privatizações são um escândalo, a atual administração entregou a grupos estrangeiros, em poucos meses, a preço irrisório, um patrimônio que o povo brasileiro havia amealhado há mais de 6 décadas."

Quando eu vejo este livro que está sendo distribuído pelos dirigentes da Copel, pelo senhor Ingo Hüberr, não pelos funcionários da Copel, não pelos diretores da Copel, mas pelos entreguistas da Copel, citando aqui 12 razões pelas quais deve-se vender a Copel agora, não resiste, senhor presidente, senhores parlamentares, a uma discussão maior, com que tenha dados.

A Copel está pinçando aqui, neste seu levantamento números absolutamente aleatórios, citando países que privatizaram, mas não cita, por exemplo, Estados como a Califórnia que privatizou, e que acabou hoje espantando as próprias indústrias porque não dá conta da geração. Não cita, por exemplo, que a Light, após privatizada, não investiu absolutamente nada mais, não cita que nós estamos vendendo junto com a Copel, senhor presidente, senhores parlamentares, quase 3 milhões de consumidores. Atentem para esse dado. Quem de nós não abriria uma empresa que tivéssemos a certeza de termos imediatamente 3 milhões de consumidores automaticamente ligado a nós?

Eu sempre digo, quando, falo sobre a Copel, olha essa lâmpada ligada, esse som ligado, a televisão vai ligar ali, todas essas lâmpadas ligadas 24 horas no Paraná, na cidade, no interior, nas fábricas, nas lojas, nas redações dos jornais, em qualquer lugar, está pingado centavo após centavo dentro do caixa da Copel, são quase 3 milhões de consumidores obrigatórios ligados a um sistema que bastou bater a chave de luz, está consumindo energia, isto não vale nada.

Qual é a empresa privada que tem a garantia de ter quase 3 milhões de consumidores? Isso é um preço incalculável, a Internet tem se transformando no maior negócio da atualidade no mundo, provocou o homem mais rico do mundo, em 3, 4 anos única e exclusivamente pelo sistema de obrigatoriedade de você ao digitar a

Internet entrar no sistema do senhor Bill Gates, pois a Copel é um sistema igual.

Agora, nós falamos no monopólio do poder público e queremos passar para o monopólio da iniciativa privada.

Hoje, vejo o que significa a expressão "empresa estratégica", "coisas estratégicas", que eu qualificaria até de segurança nacional, seja na democracia, seja na ditadura. A ditadura na defesa do regime, abusou da concepção de defesa nacional, provocando inclusive leis esdrúxulas, como por exemplo a de nomeação de prefeitos das capitais dos Estados, onde inclusive o democrata Jaime Lerner foi um dos nomeados. Nomeou prefeitos em área de fronteira como questão estratégica, nomeou senadores biônicos, como garantia de ter maioria no Senado da República, mas em compensação existem algumas coisas que são estratégicas, e a Copel é uma delas, e é questão de segurança nacional.

Eu fico imaginando, meu líder Waldyr Pugliesi, se num determinado momento o sistema elétrico inteiro estiver sob o controle da iniciativa privada e aí o crescimento que está aqui nos jornais, dito por doutor Ingo Hubert que nós tivemos um crescimento de ligação, e um crescimento industrial, o Paraná é um Estado que se orgulha de estar promovendo um parque industrial, com chamamento de indústria e tal e coisa. Vamos admitir que daqui a pouco nós estejamos com a necessidade de ampliar a nossa capacidade de geração e energia elétrica. Aí, a iniciativa privada vai chegar para o próprio governo e vai dizer: olha, nós não temos recursos para ampliar o sistema, para ampliar geração.

E passa um mês, passa dois meses, e nós acabamos entrando no risco de termos um apagão, de termos que racionar a luz elétrica, energia elétrica, e a iniciativa privada vai ficar dizendo: não nós não temos dinheiro para aplicar em nova geração.

Eu lhe pergunto: quem é que vai ter que por o dinheiro na iniciativa privada? O Poder Público, Waldyr, porque ele é o grande responsável para manter a capacidade do crescimento e isto está acontecendo na Califórnia.

A iniciativa privada não põe dinheiro porque ela está pondo em cheque o governo. O governo não resiste sem colocar o dinheiro dele na iniciativa privada para gerar mais energia, sob pena dos grandes apagões que podem estar acontecendo por esse Brasil afora.

Agora, estas colocações de que a iniciativa privada pode vender mais barato do que nós, nos comparando com algumas empresas que foram estatizadas.

Existem empresas neste Brasil que o governo do Estado daria de graça, com uma campanha publicitária para aceitarem porque são apenas distribuidores, são compradores de energia. Não geram energia. É diferente da Copel.

Não se pode qualificar a Copel, como Celesc, como a Ce do Rio Grande do Sul, que está há muito e muito tempo se arrastando porque não tem geração.

Não se pode qualificar a Copel a nível da Empresa de Energia do Estado de Mato Grosso, que é deficitária em geração. Não pode esquecer o senhor Ingo Hubert, que hoje nós já estamos operando num sistema de linhão. Toda a energia produzida vai para um grande linhão que distribui para o Brasil inteiro.

Sabe Deus, se esta luz que está aqui agora é da Copel ou é da Furnas, porque isso é um medidor de consumo e da geração que vai qualificar o Estado-gerador, para receber no fim do mês a fatura.

Então, isso aqui é balela.

Acredito que tenha sido feito quando entenderam que não haveria reação contra isso.

Ontem, recebi esse caderno e dizia à deputada Luciana Rafagnin a pouco, que não gosto de vir para a tribuna quando não tenho o assunto absolutamente controlado, mas quero avaliar na seqüência, item por item desses colocados, pelo presidente da Copel que é o liquidante da Copel e é o secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

É quem vai vender em uma ponta e pegar o dinheiro na outra.

Quero discutir cada um desses itens. Itens primários, infantis, que não levam a nada, como esse que haverá desregulamentação do processo energético do Brasil até 2004.

Portanto, nós temos que vender agora porque vai desregulamentar.

Esta empresa é carro-chefe de energia elétrica no Brasil, com ações na Bolsa, sem ações na Bolsa só terá valorização. Esta empresa será exatamente um instrumento para podermos controlar o excesso da ganância da empresa particular, no núcleo que quer auferir. Esta Copel é que tem ditado, tem perturbado tanto, porque ela com tarifa social, com implantação da rede de luz, nos pequenos municípios no interior; porque ela fechando os olhos às ligações clandestinas nas favelas e nos bairros pobres da periferia das cidades, fechando os olhos a isso, ainda sim, apresenta um lucro de 400 milhões num ano.

A iniciativa privada vai poder aplicar mais do que nós, porque nós conseguimos construir usinas aqui no Estado do Paraná, com recursos do Tesouro.

Então, meus companheiros, não dá para parar esta discussão, porque daqui a pouco vota nesta Casa, um Regime de Urgência, para um projeto que está em votação, proibindo a venda da Copel. Temos um projeto do deputado José Maria que estabelece um plebiscito. O mínimo que se espera é que se consulte a população.

Por que não faz um plebiscito?

Porque os órgãos já o fizeram, mandando este documento da Copel sem nenhum contraditório, foi distribuído às associações e o resultado das associações deu mais de 80% contrário à venda da Copel, sem contestação, sem o contraditório a esses números.

Portanto, é evidente que ninguém, em sã consciência, poderá entender que a venda da Copel é

estratégica, a venda da Copel única e exclusivamente é necessária pelo desequilíbrio de caixa, pela falta de dinheiro para cumprir obras paralisadas, contratos mal formulados e gestão pública imperfeita. É só por isso que se está vendendo como um filho de uma família rica, que recebeu um patrimônio forte e uma empresa rentável e foi incompetente para gerar os negócios da família, quebrou as firmas e sobrevive vendendo o patrimônio que lhe foi deixado pelo pai, e nós estamos fazendo exatamente isso no Paraná. Nós não temos mais condições de entrada de recursos neste Estado, estamos fadados a não poder pagar o funcionalismo e estamos como aquele filho perdulário, vendendo mês após mês o patrimônio construído pelo povo do Paraná no curso de toda a sua história. Isso nós não podemos consentir.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

### O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Caíto, estou ouvindo atentamente seu pronunciamento e concordo com ele e quero dizer que recebi esse folheto e a indignação que eu tive, foi a mesma que Vossa Excelência está colocando aí, folheto mal posto em matéria de forma, porque aparentemente fora feito já com a certeza que a Assembléia ia dar o aval total para a venda e sem muita preocupação.

Estou terminando no domingo, uma pesquisa que comecei com Londrina e uma parte do Estado, mas já posso dizer a Vossa Excelência que essa questão do plebiscito levantado e acho até a idéia muito boa por parte do deputado José Maria, de que não há mais margem de erro, porque a pesquisa é matemática: 95% das pessoas que se manifestaram tanto no meu telefone como no E-mail, foram contrárias a essa venda. Dos 95% que manifestaram o voto, voto "sim" ou "não", mas também têm direito de manifestar o voto sem nenhuma indução, já que é gravada a entrevista. 75% falam coisas, como o mineiro diz: "do arco da velha" com relação ao governo.

Vou trazer e ler no plenário na próxima semana, alguns e-mails, porque hoje a informática nos dá esta felicidade, de onde alguém acessou as informações através da imprensa paranaense que estão vivendo no mundo inteiro, mandaram a sua mensagem pelo e-mail e uma delas, é o seguinte: "Impeachment no Lerner! Ele está entregando o Estado". Agora, só não quer ouvir aquele que é bruto, aquele que não quer ouvir a voz do povo e penso cá comigo, deputado, que a empresa pública não é para dar lucro. Não vejo com muita felicidade, uma Copel dando 400 milhões de lucro, do ponto de vista da tese, porque a empresa pública tem que gerar serviço e sobretudo, atender o social. Como é que pode, num Estado, em que o professor está aí batendo na porta do governo para que o governo cumpra a promessa só que fez em campanha, de atender a educação? Na escola não tem giz, não tem merenda, não tem reforma de escola e uma empresa como a Copel, dando lucro de 400 milhões e eles querendo vender!

Um cidadão lá da barranca de serra que teve a eletrificação rural levada até a sua propriedade, pode ter certeza absoluta que na mão de particular, o coração de particular é igual coração de banqueiro, é na ponta do dedão do pé. Então, a Copel tem que não só mostrar o seu papel sendo uma empresa extremamente rentável, mas também cumprindo o seu papel social, porque estamos hoje vivendo uma nova fase no Brasil em que as pessoas enxergam com muito mais rapidez do que no passado e hoje, com a informática - e estou impressionado com essa campanha que fiz - tendo em vista a vontade da participação do povo, inclusive manifestando o seu ponto de vista com relação ao governo.

Não adianta, num folheto como esse, dizer do valor pecuniário - já falamos aqui e vamos voltar a falar - não interessa saber se a Copel vale sete bilhões de dólares ou sete bilhões de reais. Não interessam sete milhões! Não interessa saber se ela vale um caminhão! Interessa saber qual o valor estratégico que tem a Copel para o Estado do Paraná, um Estado que faz divisas com três nações, que vende energia, e que sobretudo damos a luz a 40% da energia consumida no País.

Só para terminar, quero dizer a Vossa Excelência que quero mandar para o governador Jaime Lerner um e-mail que recebi e que o cidadão diz o seguinte: "... diga ao governador, deputado, que a Copel não é uma mudança que ele põe no caminhão e que ele transfere de um Estado para outra mão, como se ele simplesmente estivesse fazendo uma mudança."

Então, quero cumprimentá-lo e dizer que acho que uma forma democrática, realmente, seria ouvir a sociedade, ouvir a voz do povo e ouvir, inclusive, a dona de casa, esta que não tem apagões, que não queima a geladeira dela, que não queima o microondas, que não queima o chuveiro, para salber qual o real valor que temos numa empresa que é a menina dos olhos do Paraná.

E este filme que já vi, com a menina dos olhos, que foi o Sercomtel, em Londrina, que era a nossa Copel. Venderam. E o dinheiro que não foi para o ralo, que não foi para roubo, que não foi para o Banco na Suíça, foi jogado no ralo do banheiro.

#### **O Sr. Augustinho Zucchi**

Deputado Caíto Quintana, não vou fazer nenhuma consideração ao seu pronunciamento, até porque Vossa Excelência teve oportunidade de se pronunciar, estes dias, nesta mesma direção.

Sinceramente, se eu pudesse fazer um pronunciamento nesta Assembléia - e talvez faça, poder eu posso - mas, se o meu pronunciamento pudesse chegar quem sabe numa direção que não neste sentido para o qual está se encaminhando a discussão, mas do sentido do objetivo que é nosso, de discutirmos a Copel, independente da posição política nesta Casa, gostaria de poder fazer este pronunciamento aos meus companheiros da Bancada de Situação do Governo, porque, no "chapéu pensador",

numa certa oportunidade, reunidos em mais de 30 deputados, eu disse naquela oportunidade, junto ao governo, das razões porque assinaria a CPI do Narcotráfico. Disse pela convicção que tinha. E muito ficava aquela dúvida, aquela conversa, etc.

O momento me parece exatamente esse. O governo coloca nas costas da Assembléia Legislativa do Paraná, onde se concentrará o debate, a questão da venda da Copel. Na verdade, é um peso muito grande. A não ser aqueles deputados que defendem por convicção absoluta mesmo, de que a Copel deve ser vendida. Mas, na verdade este é um peso muito grande para qualquer parlamentar defender. Não só pela opinião pública, mas pelas várias razões que se colocam e talvez este debate que vai haver na Assembléia possa contribuir para este entendimento.

Quem faz a história, deputado Caíto, não são os covardes. É quem tem coragem de numa hora destas defender um posicionamento contra o governo, que defende! Que não é contra o governo. Quem sabe, seja a favor do Estado do Paraná, do governo do Paraná. Porque privatizamos a Ferroeste e agora há denúncias com relação à questão da Ferroeste. Demos a oportunidade.

E quero fazer aqui esta reflexão, com meus companheiros da Bancada do Governo. Demos a oportunidade para que o governador vendesse o excedente, como se falava, das ações da Copel. Porque isto, naquela oportunidade, segundo dizia o governador, equilibraria as contas do governo. Dito não por mim. Dito pelo senhor governador, no jornal, na Gazeta do Povo, de que com aquelas vendas, em primeiro lugar, ele jamais admitira vender o controle acionário da Copel. Com aquelas vendas, deputado Caíto Quintana, equilibraria a situação financeira do Estado e poderia vender em áreas importantes.

Para ser breve, como diz o nosso Regimento, queria dizer-lhe que este debate não pode ser separado, aqui, entre Oposição e Situação. É uma reflexão absoluta de que tudo o que o governo precisou de nós, para poder governar o Paraná, nós demos. Agora, exige-se uma cota de contribuição, que com certeza absoluta, quem sabe muitos de nossos companheiros pagarão muito caro por isso.

Então, é uma reflexão que faço para englobar o debate na tese do Paraná, não na tese política. Claro que isso é uma visão política, mas não de Situação ou de Oposição, é uma tese do Paraná o que devemos fazer com a nossa Copel.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Agradeço e quero, na continuidade do que diz o deputado Augustinho Zucchi, dizer uma coisa: em nome das Oposições, nós já dissemos aqui, não nos furtamos de uma discussão com o governo e se eventualmente nós tivemos atravessando problemas de caixa no governo, problemas econômicos no governo, precisando solucionar problemas do governo, nós não nos negamos em



absoluto, de discutir com o governo alternativas aonde esta Casa, deputado Augustinho Zucchi, como Vossa Excelência bem o diz, em nome do Paraná, possa encontrar uma saída, afinal de contas, o Paraná não é do governo, o Paraná é de todos nós. Agora, o que não se pode cometer é mal irreparável a venda Copel atinge e extrapola o governo do atual governador e vai atingir o patrimônio do Paraná do futuro.

Quero, para ser democrático esse assunto até, porque Vossa Excelência mesmo coloca que não é uma questão de Situação e Oposição, ceder o aparte ao deputado Traiano, que neste momento está representando a própria liderança do governo, para que a gente possa fazer um debate sem paixões, fazer um debate que possa ser esclarecedor sobre o momento que nós estamos vivendo.

#### **O Sr. Ademar Traiano**

Deputado Caíto Quintana, agradeço por me permitir poder participar dessa discussão, e lhe respeito de longa data até porque o conheço como bom tributo, um deputado que estuda tudo aquilo que traz para o Plenário da Assembléia, tem muita vivência desse plenário, e é lógico que nesse momento é oportuno nós estabelecermos aqui esse debate em alto nível, porque este Plenário e esta Casa, com certeza só cresce em função desse debate, onde a situação pode colocar com clareza as suas posições, e Vossa Excelência do outro lado defendendo a Oposição estabelecendo o contraditório.

Esta Casa já está vivenciando durante todo esse início do período legislativo esta discussão ampla, aguerida, com relação à privatização da Copel.

E eu acho que se nós ficarmos aqui o ano inteiro falando sobre privatização da Copel, jamais iríamos esgotar o assunto com certeza, em função do estabelecimento contraditório da posição que todos nós, alguns parlamentares do governo defendem.

Acho que ela não passa apenas, deputado Caíto Quintana, por esse momento que estamos vivendo, eu já disse aqui numa outra oportunidade que, na verdade, se fôssemos trabalhar a venda da Copel sob o prisma do aspecto emocional, jamais nós paranaenses poderíamos permitir, com certeza a privatização da Copel.

Mas extrapola, deputado Caíto Quintana a nossa própria vontade, é uma determinação imposta pela política nacional, amparada por todos os partidos que dão sustentação ao governo federal, o PMDB, o PSDB e tantos outros que lá em Brasília estão, talvez fosse oportuno começar aqui um movimento dentro do seu próprio partido, no sentido de romper definitivamente com o governo federal, que estabeleceu a política nacional de privatização.

Portanto, não é o governador Jaime Lerner, não somos deputados e governo que queremos privatizar a Copel, nós estamos aqui diante de uma imposição de ordem nacional que é a desregulamentação do setor energético do País que, queira ou não queira, na continuidade

este processo deverá e terá que acontecer, seja no governo do Lerner ou de qualquer outro governador.

Estou acompanhando a nível nacional, tenho lido muito sobre isso, nós sabemos da resistência que existe ainda no Estado de Minas com relação à possível privatização de uma usina naquele Estado, sabemos que deverá ter resistência, mas já temos também informações de que, por imposição do governo federal, deverá também ser privatizada. Portanto, deputado Caíto Quintana, eu acho que o debate é oportuno e aqui a Assembléia com muita inteligência, sapiência e acima de tudo porque os deputados estaduais que aqui estão, de todas as bancadas, estão desarmando seus espíritos neste momento para fazer desta Casa, o grande plenário e o fórum maior de discussões da venda da Copel, trazendo para cá, quem sabe, experts no assunto. A Oposição trazendo aqueles que vão defender a manutenção da Copel. A Situação trazendo aqueles que possam defender a futura privatização.

Portanto, deputado Caíto, para concluir, não tomar o seu tempo, dizer que na verdade o assunto extrapola a vontade dos deputados de governo, extrapola a vontade do próprio governador Jaime Lerner, porque é uma imposição nacional.

Para concluir, quero dizer ainda, deputado Augustinho Zucchi, eu entendo e respeito a sua posição aonde estabelece aqui e diz que seria covarde se não defendesse esta posição, mesmo diante de uma situação, sendo homem de Situação aqui neste Plenário.

Acho que covarde é não ter postura clara com relação à privatização da Copel. Como tem o deputado Zucchinho, eu tenho e alguns outros parlamentares de governo têm e nós temos que encarar isto com muita seriedade, com muita responsabilidade, sabendo das consequências que poderemos ter lá no futuro.

E eu sempre pautei a minha carreira, a minha vida pública pela minha postura. Não temos nada que possa acontecer. Tenho convicção daquilo que estou falando.

Muito obrigado, deputado Caíto Quintana.

#### **O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Deputado Caíto Quintana, esta presidência lhe concede um minuto para encerramento ou Vossa Excelência pode requerer o horário das Lideranças.

**(Vários deputados oferecem o horários de suas lideranças).**

Por imposição regimental somente o partido do deputado.

#### **O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, poderá o Partido ou a liderança das Oposições, mas nós concedemos o horário do PMDB ao deputado Caíto Quintana.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Eu só quero, devido à colocação do deputado Traiano, que eu respeito, olha aqui, o que aconteceria se a Copel não fosse privatizada? Ora, quem está dizendo é o

diretor da Copel, que é secretário da Fazenda. Olha o argumento distribuído para os paranaenses, inclusive para esta Assembléia, aqui no livro dele, está dizendo o seguinte - a empresa perderia rapidamente sua condição de competitividade. Por que ele diz isto?

Porque poderia não haver empréstimo para a construção de novas energias, mas principalmente e este o grande argumento, pela completa desregulamentação do mercado em três anos que permitirá que outras empresas possam distribuir energia elétrica na área da atuação da Copel, no Paraná, oferecendo inclusive, preços mais baixos.

Escutem senhores deputados, esta empresa aqui ainda tenta justificar dizendo o seguinte - que a presença de outras empresas distribuidoras se daria da seguinte forma: com a concordância do cliente a concorrente da Copel poderia fornecer sua energia usando as linhas de distribuição da Copel, pagando uma espécie de pedágio pela autorização.

Ora, se a Copel é geradora e distribuidora que receio nós vamos ter que uma empresa privada de fora vá vender para o nosso consumidor que teria que ter a concordância do consumidor, vender energia, manter uma estrutura para a venda de energia aqui no nosso Estado utilizando a nossa rede de distribuição e pagando pedágio para poder utilizar a nossa rede? Mas desde quando acréscimo de valor no custo vai fazer com que a tarifa baixe?

Outra, olhem só, exigência para privatização da Copel, que é o item 7, olha a exigência - a modelagem da empresa e que entre as principais obrigações estão a realização de investimentos no estado, exigência de política de fomento econômico sócio ambientais. E assim vai.

Falando sobre o valor da Copel, o valor da venda, diz que tem-se a expectativa de um ágio de 50 a 100%.

Aliás, senhor presidente, senhores deputados, ágio hoje em dia virou picaretagem. Por que existe a tal da taxa de sucesso, que sempre foi escondida, deputado Beraldin, que a empresa que ganha para fazer o cálculo de custo - se vale um milhão, ela faz um levantamento e diz que vale 500, daí vai para o leilão e vende por um milhão. Sobre esses 500 a mais, ela ganha uma tal taxa de sucesso, uma comissão a mais do que o valor que ela foi contratada, pelo preço maior. Quanto menor for o preço que ela disser que vale o bem, maior é o lucro que ela vai ter, com o índice de aproveitamento. Isso é picaretagem dentro do serviço de transferência do patrimônio público, para a iniciativa privada.

Concedo um aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

A informação que o deputado Beraldin me passou hoje pela manhã, revela o seguinte: uma companhia de energia elétrica do Brasil, talvez a primeira a ser privatizada, foi privatizada no governo de um governador eleito pelo PT, a Exceles, no Estado do Espírito Santo. Essa empresa - segundo o relato do deputado Beraldin, não

tenho porque não acreditar - me parece verdadeiro, - ao longo desses anos todos investiu 500 milhões de reais e retirou, como dividendos, para os grandes acionistas que compraram a Excelsa, perto de 400 milhões de reais.

Ora, uma empresa de energia elétrica - quem conhece o setor um pouco, medianamente, do ponto de vista do senso comum, não sou nenhum especialista na área de energia - sabe que um investimento na ordem de 400 milhões de reais, para construir um parque gerador, é um investimento pequeno. No entanto, não vou considerar as especificidades de lá do Espírito Santo.

Mas queria fazer um dado comparativo com o Estado do Paraná. O Estado do Paraná é um grande gerador. Fora o Estado do Paraná, só São Paulo se equivale do ponto de vista de geração, quando Estado. As outras companhias que geram energia elétrica são de propriedade do governo federal, como: Furnas, Cesp lá do rio São Francisco, as grandes bacias dos grandes rios que têm queda suficiente, para produzir energia, com base na água, com recursos renováveis até o dia que acabarem os rios no nosso País.

Esse livrinho que Vossa Excelência fala, tem uma consideração, dizendo o seguinte e que de fato seria preocupante: o Paraná precisa gerar energia, porque a cada ano sobe o número de consumidores, na ordem de 3%. Então, a cada ano, aumentam 80 mil novos consumidores no Estado do Paraná.

Construímos uma usina, a de Salto Caxias, que custou para o Estado do Paraná, não para os paranaenses, para a Copel e para a energia cobrada dos consumidores, um bilhão e 380 milhões de reais. É este o investimento da última grande usina do Rio Iguaçu. A usina de Salto Caxias produz exatamente um milhão e 300 mil megawatts. O parque gerador do Paraná é na ordem de quase seis milhões de megawatts. Só a usina de Salto Caxias é responsável por um milhão e 300 mil megawatts. A Copel é uma empresa que, segundo os dados publicados, ontem, em todos os jornais, dá um lucro líquido, depois que paga o custeio, a compra de materiais, o salário de um corpo técnico de alta envergadura, que vende tecnologia, na construção de barragens, para a Ásia, que vende tecnologia para construção de barragens na China, que vende na Índia, um lucro líquido de R\$409.000.000,00 no ano passado.

Ora, a cada 2 anos nós não precisamos emprestar um único centavo de nenhum organismo internacional para construir uma Salto Caxias! E o presidente da Copel, embaixador da iniciativa privada, da concorrência, da competição desvairada que prejudica os consumidores do nosso País, porque o resultado da competição da energia elétrica no nosso País tem dado o monopólio, o superfaturamento das tarifas, onerando a qualidade de vida do povo brasileiro e os péssimos investimentos, no parque gerador do Brasil.

Então eu me pergunto, não é para discutir, porque o Traiano e o Rossoni, numa fala, estão tentando outra vez, trazer ao debate: - Ah, porque o PT privatizou. Por-

que o PMDB dá apoio ao governo federal. Mas não é essa a questão que estamos discutindo! Se é verdade que o Traiano, o Rossoni e os deputados da Situação querem discutir o debate sobre o parque energético, com transparência, então não vamos politizar essa discussão.

Não é porque o Jaime Lerner é do PFL que eu tenho que ser contra a privatização, ou porque o Jaime Lerner é do PMDB eu tenho que fazer a privatização! O que se trata de discutir é o seguinte: - a Copel tem condições de concorrer e se manter, como uma grande empresa, geradora de energia elétrica, no Estado do Paraná e alavancar o nosso desenvolvimento para os próximos 10,15, 20 anos, no nosso Estado? Tem condições ou não?

Os argumentos levantados, do Conselho Monetário Nacional pelo senhor Ingo Hübner, pela imposição férrea do presidente Fernando Henrique Cardoso, são imposições que nós não devemos aceitar como dadas, sem nenhuma capacidade de discutí-las, sem nenhuma possibilidade de um povo, de uma unidade da Federação alertar o povo brasileiro que este caminho talvez não é o caminho que seja mais correto. E não se é para fazer a discussão de uma forma tranqüila, sem paixões políticas, vamos discutir os números, tragam o Ingo, R\$400.000.000,00 de lucro! Quantos Saltos Caxias nós construímos, só com o lucro da Copel, para gerar energia, sem falar em fibra ótica, sem falar em telecomunicações, sem falar em nenhum outro tipo, porque o investimento pesado é construir usina para gerar energia! Este é o investimento pesado e se o Paraná precisa, nos próximos 10 anos gerar e construir geradoras, será que o dinheiro da iniciativa privada vai vir? Será que vai? A História demonstra que não virá!

Por isso Vossa Excelência está coberto de razão, ao enfocar desta maneira o problema da energia elétrica no nosso Estado e o problema da privatização da Copel. Não é um problema político, do ponto de vista de situação versus oposição, o problema é o futuro dos paranaenses que está em jogo!

Muito obrigado.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Só gostaria de usar dois minutos do Horário das Oposições para dar um aparte ao deputado Algaci Tulio. (Assentimento)

#### O Sr. Algaci Tulio

Deputado Caíto Quintana, quero cumprimentá-lo pela lucidez, pelo conhecimento de causa que o leva à tribuna, e isso tem sido uma constante, nessa Casa; cumprimentar o deputado Augustinho Zucchi também pela felicidade do seu aparte, e dizer que não se joga agora uma questão de covardia ou heroísmo aqui, mas entre covardia e heroísmo prefiro ficar com o paranismo.

O que eu lamento, deputado Caíto Quintana, é que a gauchada, - me perdoem, nada contra os gaúchos - "arriou a bombacha"! Porque se a gauchada segurasse a

não privatização no Rio Grande do Sul, fecharia Rio Grande, Santa Catarina e Paraná. Já se tentou nesse Estado criar o Estado do Sul, não de criar o Estado do Sul, mas de criar uma guerra contra o governo federal na questão das privatizações. Não tivesse a gauchada "arriado a bombacha", eu tenho certeza que nós poderíamos ter conseguido aqui alguma coisa melhor.

Outro fato, disse o deputado Traiano, e o respeito pela sua posição, de que é uma política nacional. Ora, mas não se respeita a autonomia dos Estados? Ora, nós nos intrometemos nas causas dos municípios? Não! Cabe ao município, cabe ao prefeito, aos vereadores decidir o que é bom para aquele município.

Acho que essa pressão que faz o governo federal em cima dos Estados realmente cria seriíssimos problemas. Agora, se a manchete de hoje era para criar uma especulação maior na Bolsa de Valores, que criou, na verdade, que valorizou as ações da Copel hoje com esse lucro extraordinário, provocou blecaute no governo do Paraná, levou à lona o governo do Paraná na tentativa de privatização, porque se as pesquisas são feitas geralmente pelos meios de comunicação, e eu tenho sentido isso no meu programa de rádio.

A Rede Globo fez uma pesquisa, me parece que deu 90% contra a privatização, vai dar 150% daqui para a frente, porque a opinião pública vai ver como é que o governo quer vender uma empresa que dá um lucro extraordinário desse.

Então, tenho certeza absoluta que isso vai fazer com que se faça uma reflexão, mas eu volto a dizer: que bom se a gauchada não tivesse "arriado a bombacha", nós estaríamos criando aqui uma força sulina na defesa da não privatização das companhias de energia elétrica.

Mas cumprimento Vossa Excelência, como bom gaúcho que é, está atuando de forma diferente do que a gauchada "arriou a bombacha".

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Deputado Algaci Tulio, sua colocação eu sei que não é pejorativa.

Só queria dizer uma coisa, é essa a diferença que temos que fazer na questão do setor energético brasileiro, eu sou gaúcho, e desde criança sinto as grandes dificuldades que o Rio Grande do Sul tem com geração de energia. A Companhia Energética do Rio Grande do Sul sempre foi uma empresa deficitária, uma empresa quebrada, uma empresa que tem que comprar energia do linhão.

Então, é o que eu disse antes, existem alguns Estados que a privatização do setor de energia elétrica é um alto negócio, porque o governo sai fora de um negócio que lhe é deficitário, mas isso não é regra geral. Talvez a maior riqueza que o Paraná tenha e que durante tantos e tantos anos nós não fomos capazes de enxergar, exatamente é a sua quantidade de água doce, água potável e energia elétrica.

Imagine o seguinte: amanhã, um grande complexo industrial, seja lá de eletrônica, coisa do futuro, cada apa-

relho mais aperfeiçoado, exige que a energia se mantenha no mesmo nível, que não haja queda de luz e tal, e queira se estabelecer em algum lugar do país. Aí nós vamos chegar e dizer assim: nós damos isenção de imposto, damos terraplenagem, damos não sei o quê, asfalto até lá e tal e coisa, mas isso sem demérito, Piauí, também, Ceará dá, Rio Grande do Sul dá, Santa Catarina dá. Quero saber quem é que vai poder chegar nesse aumento enorme que está preocupando o País inteiro, quem é que vai poder dizer: ponham esse complexo aqui que nós fizemos uma subestação de força, de energia, para que vocês possam ter a garantia de energia elétrica, isso, meus irmãos, só quem tem um rio abençoado, como os rios do Paraná, e uma empresa da qualificação da Copel.

Infelizmente não possa dar mais apartes, que gastei todos os horários e quero agradecer o deputado Waldyr Pugliesi que acabou me concedendo inclusive o Horário das Oposições.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças: PL, PSB, PFC, PFT, PSL, PDT, PFL.

PSDB, deputado Beraldin.

#### O SR. BERALDIN

Na verdade, o deputado Caíto Quintana teria mais deputados que gostariam de lhe oferecer apartes. Vou dar continuidade à linha de raciocínio do deputado Quintana, passando algumas informações sobre a Copel.

A Copel foi um dos maiores investimentos feito pelo povo do Paraná, para suprir o Estado a demanda de energia elétrica a partir da década de 50. A Copel possui hoje um patrimônio aproximado, segundo a ótica técnica dos engenheiros, na ordem de 14 bilhões de reais.

A Copel possui 18 usinas em operação.

A Copel tem 6.500 Km de linha de transmissão, sendo 151 Km de distribuição no setor de telecomunicações que inclui 45% das ações das Sercomtel.

As informações são dos engenheiros membros, funcionários da Copel do Paraná.

“Existem indícios de negociações obscuras que levam a ter dúvida sobre os acordos feitos para o lançamento do edital da Copel”.

“O edital surgiu justamente uma semana depois que o Banco Itaú abriu mão de 32,8%, do valor de ações que o Banco Itaú tinha da Copel”.

Hoje a Rede Paranaense de Televisão fez uma pesquisa no jornal do meio-dia. Qual foi o resultado da pesquisa? É que 93% da população do Paraná é contra a privatização da Copel. Apenas 7%, pesquisa levada ao ar pela Rede Globo de Televisão é a favor da privatização da Copel.

O Governo do Estado caucionou junto ao BNDS um bilhão e meio de ações.

Portanto, ingressou esse dinheiro para o governo do Estado e esse um bilhão e meio de recursos vindo, graças à caução das ações, foram naturalmente aplicados

pelo atual governo. Nós não sentimos o impacto positivo na nossa sociedade seja em obras, com esses recursos.

Eu defendo tradicionalmente o companheiro Álvaro Dias e, lembro-me do seu governo quando ele duplicou Londrina x Maringá; quando fez a usina de Salto Caxias; quando fez a represa do Passaúna; a represa do Tibagi, em Londrina. Investiu em construção de asfalto um bilhão e cem milhões de dólares. Deixou um programa para o próximo governador a ser desenvolvido.

O Joelmir Beting, na Rede Globo de televisão diz: “um dos Estados com a sua receita equilibrada é o Estado do Paraná”. Aonde deixa o governo do Estado em excelente condição financeira e naturalmente pode o sucessor dar continuidade.

O governador Requião que sucedeu o governador Alvaro Dias atestou publicamente que as finanças do Estado eram equilibradas e havia condição de governabilidade.

#### O Sr. Cezar Silvestri (Aparte)

Ouçõ atentamente o discurso de Vossa Excelência e também do deputado Caíto Quintana e dos apartes dos diversos deputados que se pronunciaram, cada um contribuindo com o seu raciocínio para enriquecer esse debate que é de fundamental importância para o futuro do Paraná.

Concordo com que disse o deputado Zucchi. A questão da Copel não é uma questão partidária, deixou de ser uma questão política, uma questão Situação ou Oposição, Acho que todos nós temos a responsabilidade de discutirmos ao máximo esse assunto, para que possamos votar com convicção esse projeto que vem à Ordem do Dia nos próximos dias que revoga a lei que permitia a venda das ações da Copel. Eu lembro bem, deputado Beraldin, e tenho a certeza que a grande maioria dos deputados aqui desta Casa recordam, quando eu era líder do PSDB, desenvolvi aqui nesta casa um movimento contra a venda das ações da Copel naquela ocasião e eu alegava que as ações naquele momento estavam sendo cotadas a 8 ou 9 reais e dizia que dentro de 6 ou 8 meses, essas ações estariam valendo 20 ou 25 reais e isso acabou se confirmando e eu me sinto enriquecido no meu currículo e na minha vida pública por ter feito essa defesa, até porque com isso nós prorrogamos e levamos essa discussão por 4, 5, 6 meses nesta Casa e acabamos postergando aquela caução que o governo daria com as ações e com o lançamento das debêntures junto ao BNDES e acredito que hoje, mais do que nunca, o que devemos discutir é o seguinte, é a questão do privado e público.

Será, sob a argumentação que muita vezes nós vemos, aqueles que defendem a venda da Copel, nos dizem que nos próximos meses, em função da lei que está em vigor, a Copel não terá condições de competir com a iniciativa privada e que virá uma empresa lá do Nordeste e que fornecerá energia mais barata para os grandes consumidores paranaenses e a Copel por ser pública, em função da burocracia que uma empresa

pública necessita enfrentar, terá dificuldades de concorrer, mas isso não é verdadeiro!

Em primeiro lugar, posso falar sobre esse assunto, porque sou engenheiro civil e conheço com certa profundidade esse assunto. Não existe energia mais barata em todo o Brasil. E se houver falta de energia, deputado Beraldin, será que a iniciativa privada aumentará a geração para ofertar mais energia ou vai elevar a tarifa, porque ela poderá vender muito menos energia e ter mais lucro?

É este o grande questionamento que temos que fazer. Deixar de lado a questão partidária, deixar de lado a questão Situação ou Oposição, deixar de lado a questão política. Nós temos que ver a questão do privado e do público, qual poderá dar mais garantias à sociedade paranaense. E, tenho certeza absoluta, a Copel, apesar de muitas vezes estar falhando, tem algumas falhas, ainda assim ela está desempenhando um brilhante papel e principalmente um papel social, para todos nós, paranaenses.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo um minuto para Vossa Excelência encerrar seu pronunciamento.

**O SR. BERALDIN**

Acolho o aparte do deputado Cezar Silvestri com muita satisfação. Vossa Excelência como engenheiro que é, pode naturalmente passar um conteúdo maior para o conjunto dos deputados na Assembléia Legislativa.

Mas, quero dizer a Vossa Excelência e aos senhores deputados, que não existe diferença de governar, administrar a iniciativa privada, uma empresa privada, com uma empresa pública. O que tem que ser é determinado, o governante da coisa pública. Não pode ser "frouxo". O governante da empresa privada também não. Ele tem que manter a rédea da governabilidade. É isto o que precisamos. Porque produção nós temos. Distribuição nós temos. História técnica temos. Então, por que não vamos seguir em frente, neste caminho que é o caminho da melhor qualidade de vida? E, principalmente, num setor estratégico como é a energia?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Ainda no Horário das Lideranças, concedemos a palavra à Liderança do Governo, deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente e senhores deputados, o que se discute, hoje, é a lucratividade da Copel. Sem dúvida alguma, a Copel é uma empresa competente. E eu não posso concordar aqui com o nobre deputado Beraldin, que afirma que administrar uma empresa pública é exatamente a mesma, coisa que administrar uma empresa privada. A empresa privada não está subordinada às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. A empresa priva-

da não está subordinada à Lei de Licitação Pública, de nº 866. A empresa privada não está subordinada ao ensino máximo do Direito Público, que é administrar em administração pública, que é aplicar a lei de ofício, enquanto que na administração privada, o administrador faz aquilo que melhor lhe convier e aquilo que possa dar um resultado financeiro mais significativo.

Com relação à lucratividade da Copel, é claro, a Copel é uma empresa rentável. Teve seus 430 milhões de lucros, até porque se estima que com a privatização da Copel, estaremos realizando um negócio na ordem de oito, nove, dez bilhões de reais. O que a torna, efetivamente, uma empresa altamente rentável e lucrativa. Por isso é que a iniciativa privada tem interesse na Copel.

Caso contrário, ela não valeria o que realmente vale. E quero dizer que com o crescimento da Copel, com crescimento do número de consumidores, em média 80 mil consumidores por ano, torna-se necessário que a empresa seja altamente lucrativa, para poder financiar este crescimento, do número de contas, do número de consumidores. Caso contrário, com as restrições impostas pelo Conselho Monetário Nacional, pela Resolução 2515, a Copel, que não pode lançar mão de financiamentos internacionais de empréstimos nacionais, estaria inviabilizada. Ela tem que ser competitiva. tem que ter lucro para poder financiar, automaticamente, os seus 80 mil novos consumidores/mês.

Mas, para jogar um pouco mais de "lenha nesta fogueira" da privatização, quem foi que começou com idéia, no Paraná, de vender ações da Copel? Os senhores sabem? Quem foi que, através da Mensagem 76/93 e da Lei 10702 começou o processo de privatização da Copel? Pois vou lhes dizer: a Mensagem é assinada pelo então governador Roberto Requião. Era muito claro:

"Fica o Poder Executivo autorizado nos termos desta lei a vender, mediante prévia avaliações, ações que detêm da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel".

Qual é a conveniência do discurso?

Naquela época podia vender as ações da Copel para financiar a Ferroeste, as habitações populares, o próprio investimento o reinvestimento da Copel. E agora, o governo não pode mais privatizar a Copel!

Que discurso de conveniência!

Qual é a incoerência?

Não, não há incoerência, o fato é oportunismo político. É oportunidade política de ser contra. Quero que alguém possa contradizer que o primeiro governador do Paraná a começar o processo de privatizações, de venda de ações da Copel, não foi o governo Roberto Requião! Tenho aqui a lei para todos, com a aprovação desta Casa. Com voto dos senhores deputados que hoje fazem discurso contra a privatização.

Então vamos ter muita tranquilidade, vamos examinar com isenção, sem paixão e devoção aqui, a privatização da Copel, porque realmente o discurso de ontem pode valer para hoje também.

Então, senhor presidente eram esse os nosso esclarecimentos que os nobres deputados que hoje são do PMDB são contra somado aos oito (08) governadores do PMDB, que privatizaram a Copel; com mais os doze (12) governadores do PSDB, que privatizaram as empresas energéticas pelo País afora; somados os (12) governadores do PSDB, possam colocar o seu discurso afinado, porque senão serão contraditados com veemência, nesta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 008/01-GVG, subscrito pela senhora vice-governadora do Estado, constante do expediente, comunicando que estará ausente do País, no período compreendido entre 14 a 17 de março do corrente ano, com destino ao Paraguai, para participar da Jornada Internacional do Trabalho, em razão dos 10 anos do Tratado de Assunção (Mercosul). À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 418, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, comunicando que estará ausente nas Sessões Plenárias dos dias 14 e 15 do corrente mês, pois estará em Brasília representando a Assembléia Legislativa do Estado, na reunião da Unale. **Aprovado.**

Requerimento nº 419, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa para viajar a Brasília (DF) nos dias 15 e 16 do corrente mês, a serviço da Assembléia Legislativa. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei (02), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Deixamos de receber o projeto do deputado Luiz Accorsi por não estar de acordo com as normas regimentais da Casa, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao doutor Eduardo. Devolve-se ao autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 069/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que acrescenta artigo à Seção II, do Capítulo I, do Título III, da Constituição do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 069/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Artigo Único - Acrescenta parágrafos 10 e 11 ao artigo 133, Título IV, Capítulo III, Dos Orçamentos, com a seguinte redação:

“Art. 133 - ...

§ 10 - Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais poderes, a ser fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 11 - Os recursos a que se referem o artigo 136, serão repassados, com base na receita, em duodécimos e ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, corrigidas as parcelas na mesma proporção do excesso de arrecadação.”

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
BERALDIN - Relator

### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda: **Aprovada.**

Projeto: **Aprovado.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que orienta a implantação de distritos industriais ecológicos e dá outras providências conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em número de quatro. A de número 01, de autoria do senhor deputado Beraldin e as demais de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:



**EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA  
DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO  
PROJETO DE LEI Nº 663/97**

Ficam suprimidos o *caput* do artigo 3º e seu Parágrafo Único e o artigo 4º e modificados o Parágrafo Único do artigo 1º e o *caput* do artigo 2º, com as seguintes redações:

“Art. 1º - ...

Parágrafo Único - As empresas implantadas, tendo em vista os Distritos Industriais Ecológicos abrangidos por esta lei poderão perceber os seguintes benefícios:”

“Art. 2º - Os Distritos Industriais Ecológicos poderão ser propostos ao órgão estadual competente, conforme regulamentação do Poder Executivo, através de apresentação de processos que cumpram, no mínimo, as seguintes condições:”.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Elio Rusch, Divanir Braz Palma, Hidekazu Takayama, Hermas Brandão.

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02**

Substitua-se nos artigos 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do deputado Beraldin, o termo “empresas limpas” por “empresas não poluentes”.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03**

Acrescente-se ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do deputado Neivo Beraldin, o seguinte item:

“- comprovar que localiza-se em áreas de proteção ambiental e/ou de preservação de mananciais.”

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi.

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04**

Fica suprimido do artigo 1º do Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do deputado Beraldin, um dos termos “ecológicos”, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a orientar a implantação de Distritos Industriais Ecológicos visando incentivar a localização de empresas não poluentes nos municípios, priorizados e beneficiados pela Lei

59/91 de 01.10.91, objetivando a agregação de valor, a valorização dos produtos, e o desenvolvimento sócio-econômico de sua gente e região.”

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi.

**O projeto será encaminhado à C.C.J..**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná mais Limpo e dá outras providências, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.E.M.A.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Beraldin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA  
DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 031/99**

Ficam suprimidos o parágrafo único do artigo 1º e §§ 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 3º e do artigo 4º e, também, modificado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 031/99, com a seguinte redação:

“Art. 2º - As empresas beneficiárias desse incentivo poderão receber Bônus Verdes, equivalentes a 100% do valor da compra ou planilha de custo da matéria prima utilizada no seu processo produtivo, oriunda de resíduos poluidores de outras empresas paranaenses”.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Elio Rusch, Divanir Braz Palma, Hidekazu Takayama e Hermas Brandão.

**O projeto será encaminhado à C.C.J..**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do deputado Ademir Bier, autorizando o governo do Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, conceder redução de taxa de coleta e tratamento de esgotos de 80% (oitenta por cento), para 30% (trinta por cento) sobre o montante da fatura da água para famílias cuja renda atinja até dois salários mínimos. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 159/2000.

Sobre o referido projeto, Emendas em nº de 02 (duas), de autoria dos senhores deputados Fernando

Ribas Carli e Durval Amaral, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

# EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO PROJETOS DE LEI NºS 267/99 E 159/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, a conceder redução da Taxa de Coleta de Tratamento de Esgoto de 80% (oitenta por cento) para 40% (quarenta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água, para famílias cuja renda atinja até três salários-mínimos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Apoioamento:

Ricardo Maia, Antonio Carlos Belinati, Durval Amara, Ademar Traiano e Pastor Edson Praczyk.

## EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 02

A presente emenda objetiva suprimir o artigo 2º da redação original do Projeto de Lei 267/99, numerando o artigo 3º como 2º, bem como subtrair a expressão “revogadas as disposições em contrário” do mesmo artigo, conforme redação a seguir:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Chico Noroeste e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O prazo estipulado de 90 dias para o Poder Executivo regulamentar a lei é incompatível com a natureza autorizatória da proposta Legislativa. No mais o dispositivo invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da pública (art. 27 da Constituição Estadual).

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Estadual.

**O projeto será encaminhado à C.C.J.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a obrigato-

riedade da disciplina de filosofia na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emenda Corretiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

# EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 317/99

O artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - Esta lei entra em vigor 120 dias após a publicação, revogando as disposições em contrário.”

Sala das Sessões, em 14.03.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Edson Strapasson, Moysés Leônidas, Waldyr Pugliesi e Antonio Anibelli.

## O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o projeto do nobre e competente deputado Ângelo Vanhoni procura instituir a disciplina de filosofia na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná. Ele não é meramente um projeto autorizatório. É meritória a iniciativa do deputado Ângelo Vanhoni, mas nós temos inúmero projetos nesta Casa que buscam efetivamente a inclusão de novas disciplinas na grade curricular do Estado do Paraná.

Temos projetos que procuram instituir disciplinas variadas de química, de física, de inglês ou espanhol, de educação tributária, de educação ambiental, de cidadania, projetos de educação de trânsito, outros projetos de educação de cidadania, educação de valores humanos, de ensino religioso, de leitura da Bíblia Sagrada, enfim, são inúmeros projetos, alguns de caráter autorizatório, outros para efetivamente incluir na grade curricular do ensino médio novas matérias. É claro que nós temos filhos na escola, temos netos na escola e sabemos que a grade curricular é uma questão para ser tratada com muito mais eficiência pelo Conselho Estadual de Educação, até porque é um órgão técnico, preparado para realmente analisar quais são as matérias que devem ser ministradas, razão pela qual não me resta outra alternativa senão encaminhar contrariamente este projeto, porque senão logo mais teríamos ao invés de 8, 10 matérias no ensino médio, teríamos aproximadamente 30, 40 matérias e não haveria carga horária para suportar todas estas matérias, razão pela qual encaminho contrariamente à aprovação deste projeto.

## O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, com a ausência do titular do projeto, o deputado Ângelo Vanhoni, queria que esta Presidência, se fosse possível, transferir o mesmo projeto para a outra sessão, já que não se encontra nesta Casa,

por motivos alheios à sua vontade, que foi em outro compromisso representando este Parlamento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Respondendo à questão de ordem do deputado Zuk, a Presidência não tem como retirá-lo da pauta, porque já foi adiado no dia 31 de maio de 2000 por dez sessões. Ele tem que ir à votação.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, o deputado Ângelo Vanhoni, autor deste projeto teve que se ausentar. O líder do Governo está encaminhando contrariamente a votação deste Projeto 317/99. Compete a nós aqui da Oposição encaminhar favoravelmente a votação porque reputamos que é de grande importância a inclusão na grade curricular da disciplina de filosofia.

Portanto, nós pedimos aos senhores deputados que votem favoravelmente a este projeto do deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em discussão. **Encaminhamos à CCJ por ter sido apresentada emenda e temos a obrigação de encaminhar.**

**ITEM 07**

**2ª DISCUSSÃO** - do projeto de Resolução nº 035/00, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas de verbas de ressarcimento dos senhores deputados referente ao exercício financeiro de 2000, regulamentada pela Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE COMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. COM EMENDA DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 134/99**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná em prestar informações em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, a todas as pessoas residentes no território paranaense, através das faturas de energia elétrica e água.

Não há impedimento constitucional ou legal para a tramitação da matéria, apesar das informações em destaque serem de domínio público, basta que o cidadão demonstre interesse em conhecer esses valores, pois os mesmos são inclusive publicados no Diário Oficial do Estado. Contudo, o projeto de lei contém imperfeições de técnica legislativa.

Na súmula consta que as informações devem ser detalhadas. No corpo do projeto, a informação que deve constar é o valor da arrecadação do ICMS, FPM e IPVA, mesmo porque o espaço exíguo de uma conta de energia elétrica ou de água não se prestaria a fornecer informações detalhadas sobre a arrecadação de recursos. Assim anexamos um substitutivo no sentido de corrigir a técnica legislativa da proposição.

Isto posto, sob o ponto de vista da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 134/99, somos de parecer favorável à tramitação da matéria, com o substitutivo apenso.

Sala das comissões, em 20.04.1999.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**ANTONIO CARLOS BELINATI** - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 134/99**

**Súmula:**

Dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná, informar valores da arrecadação do ICMS, IPVA e cotas do Fundo de Participação dos Municípios, através das faturas de energia elétrica e água.

**Art. 1º** - Fica o governo do Estado do Paraná, obrigado a informar, por município, através das faturas de energia elétrica e de água, o valor da arrecadação mensal do ICMS, IPVA, e cota do Fundo de Participação dos Municípios.

**Art. 2º** - A Secretaria de Estado da Fazenda, enviará mensalmente, os valores da arrecadação, por município, do ICMS, IPVA, e cota do Fundo de Participação dos Municípios, à Copel e à Sanepar, para que essas empresas façam constar a informação das faturas de energia elétrica e de água.

**Art. 3º** - O descumprimento do disposto nesta lei importará na punição da autoridade infratora por crime de responsabilidade, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

**Art. 4º** - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 5º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 134/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em apreciação, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por finalidade dar transparência aos recursos destinados aos municípios provenientes da arrecadação do ICMS, FPM e IPVA.

Tal finalidade será alcançada através de informativo impresso nas faturas dos consumidores de água e energia elétrica, a cada mês constando os valores repassados por conta dos itens referidos de receita.

No que pertine à incidência de aumento e despesas públicas para a consecução do objetivo da proposição, certamente nada há que possa implicar nessa circunstância, razão pela qual, do ponto de vista da competência regimental desta Comissão, a proposição reúne condições para ser apreciada e aprovada.

Desse modo, opino favoravelmente pela tramitação da matéria e, em especial do substitutivo apresentado que dá ao projeto maior rigor técnico.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.1999.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Presidente e Relator

#### Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Para Encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para Encaminhar, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nobre deputado Nereu Moura, a essência do projeto é de dar publicidade aos concidadãos de todo o Estado do Paraná, do que cada município arrecada de Fundo de Participação dos Municípios, do ICMS e também do IPVA. A idéia do ponto de vista da publicidade é realmente muito boa e não há o que se discutir. Porque um dos direitos mais sagrados que tem o cidadão, é o direito à informação.

Entretanto, do ponto de vista técnico, como ela está particularizada por municípios e como no Paraná temos 399 municípios, criaria-se uma situação, deputado Nereu Moura, insustentável para as companhias, tanto para a Sanepar, quanto para a Copel, na particularização dessa contas, você ter que informar a cada município. Passaríamos a ter uma conta do tamanho que não é sequer razoável e seria difícil condensar essas informações, seriam 400 informações diferentes, em um

momento em que as companhias têm que fazer chegar aos seus consumidores, dentro de um determinado prazo.

Quem sabe pudéssemos retirar esse projeto da Ordem do Dia, porque está em 1ª, para tentar acharmos um meio termo, para que possamos levar a informação, talvez, de uma maneira mais geral a todos os municípios do Paraná, sem particularizar cada município, dessa maneira que o projeto está propondo.

Era esse o encaminhamento que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo Vossa Excelência que também, da mesma forma que o projeto anterior, não podemos retirá-lo da Ordem do Dia, porque foi adiado no dia 13.04.2000.

O SR. NEREU MOURA

Para Encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, de fato acredito que esse projeto demanda algumas dificuldades para o governo do Estado. Mas não tanta dificuldade, que se sobreponha à vantagem que o povo do Paraná terá, em saber lá na conta de água e luz, que atinge praticamente 100% da nossa população, de quanto os municípios do Paraná estão arrecadando, em FPM, em ICMS, em IPVA, que representam 98% da arrecadação dos municípios - da maioria dos municípios do Paraná. Não vai ter prefeito que vai sonegar informação à população, porque o consumidor, o habitante do município saberá, através da conta de água, quanto o município está arrecadando.

Por isso, senhor presidente, quero sugerir ao nobre Líder do Governo - como esse projeto passou na CCJ e foi declarado a sua constitucionalidade, que ele seja apreciado, hoje, em 1ª Discussão, pela constitucionalidade e, amanhã, o nobre Líder do Governo apresenta uma emenda e ele vai voltar às comissões, para que possamos fazer um debate mais acentuado, sobre esse projeto.

O SR. DURVAL AMARAL

Tudo bem. Nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/99, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Segurança Pública, a permitir a policiais civis e militares, o uso de calibre restrito. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA S.P.. **Rejeitado. (Publ. no DA nº 83, de 30.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 374/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 374/99, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, autoriza o Poder Executivo, através da secretaria de Segurança Pública, a permitir a policiais civis e militares, o uso de armas de calibre restrito.

Conforme o disposto na Lei Federal nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, compete ao Ministério do Exército regulamentar a utilização de armas, acessórios e artefatos de uso restrito. portanto, foge da esfera legislativa estadual conceder permissão para que policiais civis e militares possam portar armas de calibre restrito.

Em face do contido na Lei Federal nº 9.437/97, cuja cópia segue apenas, emitimos nosso Parecer Contrário à tramitação do Projeto de Lei nº 374/99, por considerá-lo inconstitucional e ilegal.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 374/99

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Tiago Amorim, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria da Segurança Pública, a permitir a policiais civis e militares, o uso de armas de calibre restrito.

**Fundamentação**

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição se faz necessária para que policiais civis e militares tenham armamento compatível às ações que devem empreender na defesa da sociedade, tendo em vista que marginais e delinqüentes de maneira clandestina acabam conseguindo ter acesso a este tipo de armamento.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 437, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi, Duílio Genari e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Na verdade fizemos aqui uma composição, e creio que houve um erro de datilografia deste requerimento,

porque o nosso acordo era que fossem três pessoas indicadas para comparecer aqui, então creio que deva ter havido um erro. Gostaríamos que fosse consertado o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ratificaremos o requerimento, porque está realmente acordado com a Oposição o limite máximo de três debatedores, tanto no Bloco de Situação quanto no Bloco de Oposição.

Então, concordamos e ratificaremos o requerimento na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o requerimento.

Em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado por unanimidade.**

A Presidência fará convocação para o próximo dia 27 de março, às 14:30 horas, em Sessão Especial, para ouvir o nosso presidente da Copel.

Aprovado o requerimento da convocação do senhor presidente da Copel, e acordado com todas as Lideranças Partidárias, a Presidência deixa de colocar em votação os requerimentos firmados pelos deputados Tony Garcia e Nereu Moura, os quais requerem Regime de Urgência para os Projetos nºs 04/2001 e 13/2001. Os requerimentos voltarão à pauta após as sessões anunciadas.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Concordamos com a decisão de Vossa Excelência e queremos deixar claro, senhor presidente, que queremos, acima de tudo, esclarecer na profundidade essa questão da Copel. Precisamos que a população do Paraná seja contemplada profundamente com informações do que representa a venda da Copel.

Por isso, para que não prejudiquemos essa discussão aqui na Casa, concordamos com a decisão de Vossa Excelência de segurar os requerimentos na Mesa até que aqui compareça o presidente da Copel, aqui compareçam as pessoas por nós convocadas, pela Liderança do Governo para defender a nossa tese, contrária à venda da Copel, e pessoas convocadas pela Liderança do Governo para defender a sua tese da privatização da Copel.

*A posteriori* a isso evidentemente que iremos, conforme Vossa Excelência já decidiu, votar esses requerimentos para que os nossos projetos possam ter a sua tramitação agilizada aqui nesse Poder.

O SR. TONY GARCIA (**Pela Ordem**)

Acompanhando a decisão da Oposição, eu também, desde ontem, já falava que a discussão da Copel deveria ser um amplo entendimento entre Oposição e Situação, pela importância para o Paraná da venda ou não

desta empresa. Também concordo com Vossa Excelência, e espero que a partir do momento, encerradas estas discussões, os nossos requerimentos venham à votação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Requerimento nº 406, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Plauto Miró Guimarães e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. Transferido para sessões futuras.

**O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, somos contrários à venda da Copel, e seria uma incoerência da nossa parte aprovarmos uma comissão para acompanhar a venda da Copel. Dessa forma, para manter a nossa coerência e por entendermos que iremos trabalhar de forma muito firme, como estamos fazendo, buscando a mobilização de 100% do povo do Paraná contra essa idéia da venda da Copel e que acreditamos que não vai se consumir, nós, e acredito que falo em nome do PMDB e da Oposição, somos contra este requerimento. E, se ele for aprovado, não iremos fazer parte dessa comissão.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, acredito que esta comissão tem um fundamento principal: a transparência. A mesma transparência que quis dar o governador Roberto Requião, quando pedia autorização à Assembléia Legislativa para vender ações da Copel. Dizia o governador Roberto Requião no § 4º: "As ações de venda de que trata esta lei deverão ser acompanhadas de cinco membros do Poder Legislativo, designados pelo presidente, por mediação dos líderes." Ele dava esta outorga ao presidente da Casa, que, naquela oportunidade, era de sua extrema confiança, deputado Orlando Pessuti, que poderia, inclusive designar parlamentares todos muito alinhados com o discurso governista.

Por amor à transparência que buscamos na privatização da Copel propomos uma comissão com sete membros, onde será respeitado o princípio desta Casa, da proporcionalidade da questão suprapartidária, onde todos os Partidos poderão, efetivamente alcançando o quociente que compõe as comissões ter os seus representantes.

Não quero aqui, em hipótese alguma, ditar regras à Oposição, mas que bom seria que o líder do PMDB desse o mesmo tratamento que deu o senador Roberto Requião em 30 de dezembro de 1993. Tem a cópia da lei aqui, à disposição.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, acolho as palavras inteligentes do deputado Durval Amaral, mas gostaria de pedir a Vossa Excelência que tivesse nessa questão, é uma sugestão apenas, o mesmo tratamento que teve com relação aos requerimentos anteriores. ora se nós estamos aqui poster-

gando dois requerimentos de Regime de Urgência sob o argumento que me parece importante, da discussão da venda ou não da Copel, trazendo aqui o presidente da Copel, enfim o debate todo a esta Casa. Poderia, por sugestão, que Vossa Excelência também deixasse o requerimento da Comissão para após este debate. Até porque, quem sabe se deputados que achem que esta comissão não é importante cheguem à conclusão que é importante e vice-versa. Então, com o mesmo tratamento dados aos requerimentos anteriores, gostaria de pedir que Vossa Excelência tivesse também essa decisão de adiar o requerimento da formação desta comissão para após a vinda do presidente da Copel e após o debate.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, faço das palavras do deputado Zucchi as minhas acrescentando o seguinte: está dando a impressão que a privatização, com todo respeito ao Líder do Governo, é fato consumado. Se nós aprovarmos esse requerimento, hoje, dá impressão para sociedade que acabou, é fato consumado, e não é! Me lembro muito bem, quando o presidente Hermas Brandão assumiu esta Casa, no dia da posse, ele disse e está cumprindo: Que a Assembléia Legislativa é a casa do povo do Paraná. E nada mais justo do que ouvir todas as partes, inclusive acatando a sugestão da Oposição, quem é contra, quem é a favor, vamos levar essa discussão para toda a sociedade. É essa a colocação que eu faço, senhor presidente.

Muito obrigado.

**O Sr. Beraldin**

Senhor presidente, também quero na mesma linha de raciocínio do deputado Zucchi, do deputado Luiz Carlos Martins, ponderar Vossa Excelência para que adote o mesmo critério dos requerimentos de Regime de Urgência, e também dizer a esta Casa, que eu não tenho aqui, não sou advogado de defesa do governo Requião, mas a venda das ações da Telepar, não significa a venda do controle acionário de uma companhia de importância da Copel. O que o governo da época vendeu era uma participação minoritária que existia para construção da BR-376 que liga Curitiba a Garuva, e a Assembléia, no entanto, participou daquele evento, mas não era um evento, uma decisão da envergadura que é nesse momento a venda da Copel.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, nós temos uma posição muito clara em relação a este assunto, mas é bom repeti-lo. Desde o governo Requião e se caminhando até hoje, nós nunca fomos contrários a que se vendesse parte da Companhia, fosse ela qual fosse para estrategicamente resolver problemas que existem dentro do Paraná. Nós somos contra a perda do controle acionário, transferir o comando da Copel, ou de qualquer outra empresa no mesmo sentido para mãos daqueles que só estão em busca do lucro, nós não concordamos com isso.



Então fica bem clara esta posição que nós estamos tomando aqui. Agora, quero dizer que somos contra a formação dessa comissão, *a priori*, porque ela não levaria a nada, primeiro, que os argumentos estão colocados, essa comissão não teria no nosso entendimento muita coisa a fazer, nós na realidade, e eu vejo com grande simpatia manifestações em todos os partidos contra a privatização da Copel! O que nós precisamos é ir para as ruas, nós temos que ir atrás da soma da sociedade paranaense para impedir aquilo que nós achamos que é um erro fundamental na história do Paraná.

Já falamos, achamos que é um verdadeiro crime que está se praticando contra o Paraná, se fazendo a venda da Copel. Portanto, fica bem clara a nossa posição que não é de hoje, ela é de sempre. É preciso que o patrimônio público seja respeitado. Não somos contra a venda de lotes, de ações das companhias, porque através desses recursos alcançados se poderá resolver como já falei, problemas que existem e esperam solução dentro do Estado.

**O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, gostaria que, dentro da sua sabedoria, o senhor acatasse o nosso pedido para que postergasse o requerimento, de modo a nós termos aqui um encaminhamento político, porque como deputado, aqui fico até perdido, porque como deputado não vi nenhuma autoridade do governo ainda falando para nós sobre a privatização da Copel. Fui convidado para ir num jantar, não se pode falar de privatização da Copel em happy hour, eu acho que isso é coisa muito mais séria do que um happy hour, acho que essa questão da venda da Copel, senhor presidente, é algo seriíssimo para o Estado do Paraná.

Então acho que, primeiro para me posicionar, tenho que ouvir uma autoridade do governo falando para o Ricardo Chab, o porquê da venda da Copel, presidente. Nós não podemos aqui aprovar uma comissão dando novamente uma carta, um cheque em branco, dizendo: A Assembléia já topou. Eu não topei, senhor presidente, então, gostaria que dentro da sua sabedoria, vamos postergar, vamos primeiro ouvir as pessoas para que nós possamos fazer um juízo como paranaenses e não como deputados, mas como paranaenses.

Obrigado, presidente.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, nós não temos aqui a intenção de polemizar, é um assunto que no meu entendimento só veria em fortalecimento e tenho certeza, na opinião da maioria dos senhores deputados da preservação inclusive das próprias prerrogativas do Legislativo.

Mas, acredito que nós estamos tratando de um assunto de altíssima importância para o Paraná. A Oposição, deputado Tony Garcia cedeu no seu Regime de Urgência para que nós pudéssemos discutir a execução a matéria. Não seria a Liderança do Governo que quer a transparência que iria atropelar esse pleito da Oposição.

Com toda a tranquilidade eu queria só com esse objetivo da Comissão, que havia colocado, dar a mesma transparência que procurou mais ampliado ainda dar ao governador Requião quando na lei aqui que instituiu - "que ficava o Poder Executivo autorizado nos termos desta lei, a vender mediante prévia avaliação, ações que detém da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - a Copel.

O deputado Neivo, talvez não tenha entendido bem. Então ele queria vender ações da Copel. Lembrou também com relação à Telepar.

Mas, nós concordamos retiramos o requerimento, deixamos suspenso e, efetivamente, quando formos votar a matéria aí nós poderemos ou não, à conveniência do Parlamento, instituir esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem o deputado Hermas Fonseca.

**O SR. HERMES FONSECA**

Senhor presidente, eu pedi para encaminhar. Diante da colocação do Líder do Governo retiro a minha solicitação.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o deputado Durval Amaral tem uma certa malícia na sua afirmação porque o governo Requião quando encaminhou a esta Casa o projeto de lei pedindo autorização para vender a Copel, ele pediu autorização para vender 49% das ações da Copel, com 100% do valor patrimonial da ação.

Nós quisemos pôr aqui uma emenda, tabelando em 50% o valor patrimonial da ação; o governador Jaime Lerner não aceitou. O senador Requião quando governador poderia ter vendido a ação da Copel até 80% e não quis vender para não cometer prejuízo ao Estado do Paraná.

Isso é governo sério, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Decidindo a Questão de Ordem a votar pelos seus parlamentares. Nós vamos tomar a mesma decisão que tomamos com os demais requerimentos que foram transferidos.

E com a decisão de todas as lideranças em transferir essa presidência acata. Também voltará após ouvido as audiências já marcadas.

Requerimento nº 430, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Em discussão.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 239, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente de sessão anterior. **Adiado.**

Requerimento nº 397, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Irineu Colombo, Sérgio Spada, Orlando Pessuti e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Adiado.**

Requerimento nº 405, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 420, e autoria do senhor deputado Nelson Turek, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 421, 422 e 423, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 424, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 426 a 429 de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 433, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 438, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 403, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados, cumprindo determinação da Mesa, e o que preceitua o nosso Regimento Interno, estaremos entregando no dia de amanhã o relatório final da Comissão, da CPI dos Supermercados e na terça-feira, nós estaremos fazendo aqui a leitura da peça em que concluem-se os trabalhos da CPI dos Supermercados.

Apenas para que Vossa Excelência tenha conhecimento.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Voltamos a afirmar aos parlamentares, relatores das Comissões Especiais, que o prazo para entrega do relatório à Mesa Executiva, encerra-se amanhã às 18:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 030/99, 200, 294, 372 e 397/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 134, 563, 643 e 653/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/00.

Levanta-se a sessão.